

ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSE RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA





FAZ PARTE DA VIDA BRASILEIRA

Está presente na paisagem. Integrou-se como instrumento de trabalho. Sua presença é familiar, tão natural quanto um pé de café, uma novilha, um arado, uma carrêta. Ajuda o homem do campo na faina diária — na abertura de novas estradas, no transporte de homens e materiais. Forte, eficiente, útil como nenhum outro, o "Jeep" Universal faz parte da vida brasileira.

"JEEP" UNIVERSAL 1961 — Novas cores de pintura e estofamento. Novo protetor contra respingos de água e lama. E as mesmas características de força e versatilidade.

O alto índice de nacionalização do "Jeep" Universal é a melhor garantia de completa assistência técnica.

Jeep®

UNIVERSAL



WILLYS-OVERLAND DO BRASIL S.A.

São Bernardo do Campo — Estado de São Paulo

FABRICANTE DA RURAL "JEEP", DO PICK-UP "JEEP", DO AERO-WILLYS E DO RENAULT DAUPHINE



A Produção de sementes agrícolas e hortícolas na Holanda. A secagem de ervilhas logo depois da colheita.

SUMÁRIO

	Pág.
Agricultura e o novo Governo da Guanabara	3
O Sindicato da Agricultura — III — Luiz Marques Poliano	7
A Classe Rural — Arruda Câmara	8
O Percevejo do Arroz — Nelson de Carvalho Lopes — Eng.Agron.	13
No Estado do Rio — Censo Agrícola Experimental	21
Avicultura	22
Reunião de Especialistas em Crédito dos Serviços de Extensão Rural	24
A primeira cooperativa de colonização no Nordeste	25
Uma Raça Holandesa de Ovinos	29
Palestra de D. Newton sobre a semana da árvore	30
Contribuição para o Histórico da Zoologia aplicada no Brasil — F. Murtinho Braga	31
Área de Ação — Fábio Luz Filho	35
Escola de Horticultura Wenceslau Belo — Relatório	38
Prêmios aos lavradores do Estado da Guanabara	48
Produtos Agrícolas: Problema da Produção e Distribuição	50

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito — Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente — EDGARD TEIXEIRA LEITE
2.º Vice-Presidente — KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente — ANTONIO DE ARRUDA CAMARA
1.º Secretário — FREDERICO MURTINHO BRAGA
2.º Secretário — ADAMASTOR LIMA
3.º Secretário — JOSÉ ARISTOBULO DE CASTRO FILGUEIRA
4.º Secretário — GERALDO GOULART DA SILVEIRA
1.º Tesoureiro — RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro — OTTO FRENSEL
Secretário-Geral — LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
ALTINO DE AZEVEDO SODRÉ
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO

FLAVIO DA COSTA BRITTO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JÚLIO CESAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONIO FIALHO
- 6 — WENCESLAU BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEÃO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TRAJANO MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO
- 24 — JOSÉ KONIFÁCIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SÁ FORTES
- 31 — THEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

OCUPANTE

- Alberto Ravache
- Geraldo Goulart da Silveira
- Kurt Repsold
- Luiz Marques Poliano
- Antônio de Arruda Camara
- Ennio Luiz Leitão
- Frederico Murtinho Braga
- Valentim F. Bouças
- Heltor Grillo
- Joaquim Bertino de M. Carvalho
- Edgard Teixeira Leite
- Luiz Simões Lopes
- Jayme Bernardes Cotrim
- Paulo Simões Lopes
- Antônio José Alves de Souza
- Luiz Guimarães Junior
- Iris Meinberg
- Julio Cesar Covello
- Oswaldo Balarin
- Ignácio Tosta Filho
- José Augusto B. de Medeiros
- Fábio Luz Filho
- Mário Penteado de F. e Silva
- Francisco de Assis Iglésias
- Alfredo L. de Ferreira Chaves
- Honório Monteiro Filho
- José Carlos de Macedo Soares
- Rômulo Cavina
- Otto Frensel
- Oswaldo Lazzarini Peckolt
- Rômulo Joviano
- José Sampaio Fernandes
- Sylvio Fróes de Abreu
- José Assis Ribeiro
- Moacyr Alves de Souza
- José Carlos Bello Lisboa
- Milton Freitas de Souza
- Paulo F. de Parreiras Horta
- Adamastor Lima

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes Órgãos:

Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; Conselho Consultivo do E. F. Central do Brasil — Dr. Altino de Azevedo Sodrê; Comissão Permanente de Estradas de Rodagem — Dr. Raul David de Sansom; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Nacional de Aplicação dos Empréstimos Rurais — (Ministério da Fazenda) — Dr. Luiz Simões Lopes; Conselho Interamericano de Comércio e Produção — Dr. Edgard Teixeira Leite; Comissão Consultiva de Acordos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; Comissão de Política Agrária (Ministério da Agricultura) — Dr. Luiz Simões Lopes, Suplente: Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Luiz Simões Lopes, Suplente; Ben Hur Raposo; Conselho Regional do S.S.R. da Guanabara — Abel de Almeida; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo.

A LAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS
CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

ANO LXIII

NOVEMBRO-DEZEMBRO, 1960

AGRICULTURA E O NOVO GOVERNO DA GUANABARA

A Sociedade Nacional de Agricultura dirigiu ao Governador Carlos Lacerda o seguinte memorial :

A Sociedade Nacional de Agricultura, órgão consultivo que no Estado da Guanabara representa a Federação das Associações Rurais neste Estado, tomando conhecimento, pela imprensa carioca, da planejada reestruturação da Secretaria Geral da Agricultura, Indústria e Comércio e sua transformação em Secretaria Geral de Economia, vem apresentar a Vossa Excelência algumas considerações resultantes de debates originados por essa propalada reforma, debates de que participaram os mais representativos elementos da classe.

Segundo o noticiário publicado, a nova Secretaria Geral de Economia teria a seguinte composição:

- 1 — Departamento de Agricultura.
- 2 — Departamento de Abastecimento.
- 3 — Departamento de Recursos Naturais.
- 4 — Departamento de Expansão Econômica.

Quanto ao Departamento de Veterinária, seria transferido para a Secretaria Geral de Saúde ou incorporado a um dos departamentos dessa Secretaria. Por outro lado, o Jardim Zoológico faria parte integrante da futura Secretaria Geral de Turismo.

A projetada reforma mantém os atuais Departamentos de Agricultura e de Abastecimento: funde em um único Departamento (de Recursos Naturais) o Departamento de Parques da Secretaria Viação e o Serviço Florestal da Secretaria Geral de Agricultura e transforma o Departamento de Indústria e Comércio em departamento de Expansão Econômica; transfere para a Secretaria Geral de Saúde o Departamento de Veterinária. Assim, dos quatro departamentos resultantes dessa reforma, os três primeiros estão diretamente ligados à agricultura, sendo dois — o Departamento de Agricultura e o de Recursos Naturais — tipicamente de natureza agrícola e florestal, com denominações mundialmente consagradas e o outro — o de Abastecimento — relacionado com a distribuição da produção agrícola.

Se o objetivo da reforma planejada é o de incentivar a produção hortigranjeira na Guanabara e nas zonas circunzinhas, mediante convênio com o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal, para a formação de um permanente "cinturão verde" indispensável ao barateamento da vida carioca: se essa reforma visa a conservação da bela natureza do Rio de Janeiro e a remodelação de sua arborização com novas espécies ornamentais, bem como a melhor conservação dos jardins, parques e florestas existentes, a formação de outros, o reflorestamento das áreas improdutivas, atendendo às necessidades dos seus numerosos bairros e da população rural carioca, não há porque suprimir as atribuições nitidamente agrícolas e florestais de três de seus quatro departamentos. O quarto departamento ou seja — o de Expansão Econômica — teria as suas atribuições ligadas ao comércio e à indústria da Guanabara. Sendo a sua finalidade incrementar atividades comerciais e industriais, não poderia se furtar também ao estudo de medidas econômicas e financeiras, visando o fomento das atividades agrícolas, especialmente da avicultura, que encontra, na Guanabara, condições excepcionais para se transformar em poderosa indústria apta a atender ao consumo do Rio de Janeiro, de outros Estados da Federação e, talvez, até do estrangeiro. Assim, sendo, a nova Secretaria, que já teria o direito de usar o nome de Secretaria de Agricultura pelas atividades próprias de

três de seus quatro departamentos, vê o seu título confirmado no setor de Expansão Econômica, que também deverá incluir atividades agrícolas. O título — Agricultura — é, de resto, mundialmente usado nas mesmas circunstâncias.

No entanto, para não restringir o fator econômico às atividades agrícolas, poder-se-ia adotar a denominação de Secretaria de Agricultura e Economia, em substituição à denominação de Indústria e Comércio, também mais usado para caracterizar essas clássicas atividades humanas. Mas, considerou a Sociedade Nacional de Agricultura, de melhor alvitre conservar a denominação clássica: Agricultura, Indústria e Comércio.

O título proposto para a nova Secretaria Geral de Economia encontra similar no projeto do Deputado Israel Pinheiro, apresentado à Câmara dos Deputados, em 24 de fevereiro de 1950, que foi, posteriormente, transformado no Projeto n.º 4 de 1956, em virtude de emendas apresentadas pelos Deputados Daniel Faraco e Sérgio Magalhães. Esse projeto mereceu minucioso estudo do Conselho Nacional de Economia, aprovado em sua 473.ª Sessão, de 10 de março de 1956 e encaminhado ao Senado Federal. Verifica-se, por esse estudo, que o projeto de criação do Ministério de Economia visava "desafogar os atuais Ministérios de acúmulo excessivo de encargos, prejudicial à sua eficiência", e de dotar a administração federal de um órgão de que carecia "de direção da política econômica do país" (Art. 1.º), conforme bem assinalaram os reclames das classes produtoras" (Recomendações das Conferências de Teresópolis e Araxá).

O substitutivo do Deputado Daniel Faraco propunha a denominação de Ministério de Indústria e Comércio, pois, as suas atribuições, na realidade, se restringiriam àqueles dois setores da atividade econômica nacional, dada a impossibilidade de se conter em um só Ministério todas as funções econômicas do Estado. Propunha, ainda, o Deputado Daniel Faraco a inclusão do novo Ministério, dos órgãos de crédito do Estado. Por outro lado, o substitutivo do Deputado Sérgio Magalhães restabelecia o título de Ministério da Economia, mas incluía na sua organização os assuntos relativos ao Crédito, ao Seguro Privado e à Capitalização.

Quanto ao título do novo Ministério, declara no seu longo parecer o Conselho Nacional de Economia "o mesmo deverá refletir, o mais aproximadamente, a competência do órgão", "Dessarte, se o Congresso decidir que o novo Ministério, deve ter somente funções relativas à Indústria e ao Comércio, i.e. à produção secundária, "stritu sensu", já se vê que o título mais apropriado seria o de Indústria e Comércio."

Fizemos estas transcrições do parecer do Conselho Nacional de Economia para mostrar o que se passou na esfera federal sobre assunto similar e de que resultou a aceitação, pelo Congresso Nacional, da sugestão do referido Conselho e relativa à denominação de Ministério de Indústria e Comércio.

Comparando-se o projeto federal, de criação do Ministério da Economia com a criação da Secretaria Geral de Economia do Estado da Guanabara verifica-se que, em caso análogo, prevaleceu a denominação Indústria e Comércio sobre a de Economia.

Quanto à transferência do Departamento de Veterinária para a Secretaria Geral de Saúde julga a Sociedade Nacional de Agricultura que isso representará um retrocesso e uma grande perda para a classe dos Veterinários e para a própria ciência da Veterinária, pois ficam assim privados de um órgão departamental para o desempenho de suas atribuições profissionais. A inclusão desse Departamento de Veterinária na Secretaria de Saúde, especificamente de assuntos relacionados com a Medicina Humana, não encontrará o ambiente necessário à compreensão dos problemas de Veterinária, e certamente só restringirão as suas funções à execução de medidas de profilaxia de raiva canina, o que fica muito aquém de suas numerosas atribuições.

Ja constitui um truismo, a estreita ligação e a interdependência das profissões de Agrônomo e de Veterinária, incumbindo-se o primeiro principalmente do fomento da agro-pecuária e o segundo da defesa sanitária animal e da industrialização dos produtos de origem animal. Assim, as Escolas Superiores de Agronomia e de Veterinária se completam dentro das Universidades Rurais. Nos Ministérios da Agricultura dos países de agricultura mais adiantada e no nosso próprio país, bem como em numerosas Secretarias de Agricultura estaduais, os serviços de Agricultura se entrosam com os de Veterinária para uma ação comum e eficiente, em benefício da lavoura e da criação. Se na projetada reforma, o Departamento de Agricultura é mantido com o fim de desenvolver um programa eficiente de fomento horti-granjeiro e leiteiro — atividades condizen-

tes com as condições da Guanabara e zonas circunvizinhas — não se justifica que nessa campanha agrícola a ser iniciada esteja ausente o Departamento de Veterinária, o único capaz de contribuir, eficientemente, no combate às doenças infecto-contagiosas e parasitárias que atacam as criações de aves e de pequenos e grandes animais a serem aqui incentivadas. A veterinária envolve, nos dias de hoje, especializações várias, e não poderá sem prejuízo para o fomento da pecuária dos pequenos animais, afastar-se da ação do Departamento de Agricultura. Melhor seria, então, a transformação do Departamento de Veterinária em Departamento da Produção Animal, a exemplo do que fizeram o Ministério da Agricultura e várias Secretarias de Agricultura dos Estados, englobando-se nesse Departamento as atividades de fomento e defesa da Avicultura, de pequenos Animais e a Produção e Industrialização do Leite.

A inspeção de produtos de origem animal, de resto, é matéria que na quase totalidade dos países, principalmente os detentores de grandes rebanhos, constitui contribuição específica do Ministério da Agricultura. A expedição de certificados de sanidade dos produtos é obrigatória, firmados por veterinários, no caso de comércio internacional. No Brasil o assunto está consagrado em lei federal (n.º 1.283, de 1950), a qual confere competência privativa ao Ministério da Agricultura (Comércio interestadual e internacional) e Secretarias de Agricultura (comércio estadual) para a realização desses trabalhos.

A Sociedade Nacional de Agricultura tomando conhecimento do Memorial enviado ao Dr. José Cândido Moreira de Souza, atual Secretário de Agricultura, pela Associação dos Veterinários do Estado da Guanabara, transcreve, a seguir a Introdução desse trabalho, que bem define as atribuições do Departamento de Veterinária, cuja unidade deve ser mantida.

"I — INTRODUÇÃO GERAL E ORGANIZAÇÃO

O Departamento de Veterinária compreende atualmente:

A) — Órgãos de direção:

- 1 — Serviço de Medicina Veterinária
- 2 — Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
- 3 — Serviço de Produção e Industrialização do Leite
- 4 — Serviço de Correspondência.

B) — Órgãos de execução:

- 1 — 16 Postos Veterinários
- 2 — Matadouro de Santa Cruz
- 3 — Usina de Beneficiamento do Leite
- 4 — Setor de Pesca e Piscicultura
- 5 — Hospital Veterinário
- 6 — Instituto de Veterinária.

"Os órgãos de direção, além de coordenarem os serviços empecializados e gerais, realizam o planejamento e o controle dos de execução.

"Os órgãos executivos, distribuídos por todo o território do Estado, cumprem os planos elaborados para aperfeiçoamento dos serviços e realizam os trabalhos de rotina referentes ao fomento, defesa sanitária e assistência técnica, à profilaxia das zoonoses e das antropozoonoses, inspeção sanitária de produtos de origem animal, pesquisas veterinárias, fabricação de produtos bioterápicos específicos, na forma e no volume expostos pormenorizadamente em outra parte desta exposição.

"Este esquema estrutural, coroamento de uma evolução administrativa de mais de 40 (quarenta) anos de existência dos Serviços Veterinários do Rio de Janeiro, é admitido como o mais racional e capaz de atender às exigências de Estado, nas condições em que ele existe como centro de grande adensamento de população humana, com base territorial exígua. Assim caracterizado socialmente o Estado da Guanabara, verifica-se que os serviços de fomento, de pesquisas, de assistência e de profilaxia, bem como os de fiscalização sanitária dos produtos de origem animal aqui produzidos ou importados, exigem uma organização administrativa altamente especializada, sob direção única, capaz de atender às normas definidas pelas próprias Organização Mundial de Saúde como as indicadas para essa função específica, e aos deveres da administração pública na proteção de uma massa humana avaliada em três e meio milhões, em convivio constante e concorrente com mais de 500 mil animais domésticos, concentrados em pouco mais de 1.300 quilômetros quadrados de território".

"A este quadro, para lhe dar verdadeiro sentido, devemos acrescentar os fatores adversos oriundos do clima tropical e da educação popular heterogênea, favoráveis à expansão das doenças parasitárias e infecto-contagiosas comuns

aos homens e aos animais, bem como aos problemas do abastecimento criados pela manipulação defeituosa e pela deterioração permanente de milhões de toneladas de gêneros alimentícios de origem animal".

"É preciso atentar, ainda, para as exigências sanitárias e zootécnicas necessárias à proteção de um rebanho bovino, aquino, suíno e avícola avaliado em mais de 650 mil cabeças, cuja existência no Estado é um patrimônio que, pelo seu valor social e econômico, devemos preservar a qualquer custo."

"A presença dentro do Estado, de cerca de 46 (quarenta e seis) estabelecimentos industriais que operam a produção pecuária, implica em fiscalização sanitária e higiênica uniformemente orientada, a fim de melhor preservar o interesse da população consumidora.

"Todos estes fatores, por si sós, justificam a existência do Departamento de Veterinária, e as razões de sua atual estrutura, como órgão de cúpula na futura Secretaria."

"Asseguramos a Vossa Excelência que, mesmo existindo setores que poderiam transferir-se ou subordinar-se a outros órgãos, a prática vem demonstrando, de modo exuberante, serem mais eficientes quando coordenados em um todo específico, em que a direção superior participa em igualdade de condições pela identidade de formação profissional, das mesmas responsabilidades e da mesma experiência técnica."

"Ademais, Vossa Excelência como homem público sabe muito bem que certos serviços não podem ser traduzidos em cifras de significação econômica, posto que se caracterizam muito mais pelo seu sentido social e cultural, tais como saúde pública, educação e pesquisa, mas nem por isso perdem a sua relevância, como fatores preponderantes na administração pública dirigida no sentido do bem estar geral."

Vale transcrever ainda, o parecer que uma comissão especial da Organização Mundial de Saúde emitiu a respeito da criação de unidade veterinária de saúde pública, que contraindica a incorporação aos Departamentos de Saúde de serviços veterinários. É o seguinte êsse trecho do referido parecer:

"O objetivo do estabelecimento de unidades veterinárias de saúde pública (o grifo é nosso), em administrações de saúde é obter o máximo de contribuição dos veterinários para a saúde humana. Em vários países, isto envolve um novo progresso na organização de saúde pública, sem afetar, consideravelmente, os serviços veterinários na agricultura ou em outros departamentos relacionados, principalmente com o controle das doenças da criação. Esta distinção deve ser claramente compreendida, pois o Grupo não recomenda a incorporação aos departamentos de saúde, dos serviços veterinários que tratam de problemas puramente veterinários, onde esses serviços estão há longo tempo estabelecidos e executando trabalho efetivo em outras administrações governamentais."

Quanto ao projeto do Departamento de Expansão Econômica, julgamos que o mesmo poderá, caso seja entregue a verdadeiros economistas, trazer substancial contribuição ao comércio e à indústria da Guanabara, carentes de um órgão que estude as suas deficiências e as equacione, indicando soluções racionais capazes de dar a essas duas atividades, fundamentos seguros para a sua estabilidade na terra carioca. Julgamos que as medidas de Expansão Econômica a serem tomadas por êsse Departamento devem abranger, também atividades agrícolas, especialmente a Avicultura, a Horticultura, a Fruticultura e a formação de granjas leiteiras. Sobre o assunto esta Sociedade pretende apresentar a Vossa Excelência sugestões, no momento oportuno.

Finalizando, Senhor Governador, seja-nos permitido declarar que a atual Secretaria de Agricultura conta com bom corpo de profissionais da Agronomia e da Veterinária lotados em seus diversos serviços. Estes, entretanto, pouco podem fazer em benefício da produção horti-granjeira do Estado, porque não contam com recursos suficientes para um programa mínimo de ação. É sabido de todos que a atual Secretaria de Agricultura teve o seu programa de ação completamente desvirtuado em suas finalidades técnicas, entregue que foi, com raras exceções, a direções bisonhas que visavam apenas, o empreguismo partidário e se descuraram completamente dos graves e importantes problemas de produção agrícola e de abastecimento do Rio de Janeiro.

Esta Sociedade, que representei, também, o pensamento das 11 Associações Rurais existentes no Estado da Guanabara, espera merecer de Vossa Excelência uma oportunidade para expor, com maiores detalhes o assunto do presente memorial, que visa apenas, contribuir, dentro de suas possibilidades, para a melhoria de um dos órgãos essenciais à vida do novo Estado da Guanabara.

REMINISCÊNCIAS

O Sindicato da Agricultura — III

LUIZ MARQUES POLIANO

Não tendo tido a esperada repercussão nos meios rurais os decretos de 1.931, 1.933 e 1.934 — que tratam dos sindicatos trabalhistas e dos consórcios profissionais cooperativos, foi o Governo levado a pensar novamente na sindicalização da classe rural.

Em 1.941, o Presidente Getúlio Vargas nomeou uma comissão com a incumbência de lhe apresentar um ante-projeto de decreto-lei, — que consubstanciasse um modelo sindical a ser aplicado à agricultura.

A comissão foi então nomeada: Arthur Torres Filho, da S. N. A., Presidente; Talma Campos Guimarães, representando o Ministério do Trabalho; Antonio de Arruda Câmara, pelo Ministério da Agricultura; Ben Hur Ferreira Raposo, pelo Serviço de Economia Rural; Silvio da Cunha Echenique, da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, pela Pecuária; Francisco Malta Cardoso, de S. Paulo, pela Lavoura; Mendes Batista de Oliveira, de Pernambuco, pelas Indústrias Rurais. O Secretário dessa Comissão, autor destas notas, organizou e publicou as atas das sete sessões que de 21 de agosto a 27 de setembro de 1.941, se realizaram no Edifício Caça e Pesca.

Das reuniões realizadas, resultaram evidentes as dificuldades para o enquadramento da classe agrícola no sistema sindical inaugurado pela República Nova. O ante-projeto de lei, elaborado pelo representante do Ministério, da Agricultura, Arruda Câmara, objeto de meticolosos estudos por parte da Comissão, foi enviado ao Governo, que não quiz, ou não o pôde aproveitar.

Posteriormente, o assunto mereceu estudos de uma outra Comissão, já então do Ministério do Trabalho, e a 10 de novembro de 1.944 saiu a lume o decreto-lei 7.038, dispondo "sobre a sindicalização rural".

Da Comissão que tratou da matéria no Ministério do Trabalho participou, como representante da Agricultura, o antigo presidente da Comissão de 1.941, o saudoso Prof. Arthur Torres Filho, o qual coerente com o seu anterior ponto de vista foi ali voto vencido. Um dos pontos em que não estavam acordes os homens da agricultura com os do Ministério do Trabalho era o de que a classe rural passasse para o âmbito desta Secretaria de Estado.

Após as conclusões da Comissão de 1.941 e a promulgação do decreto-lei n.º 7.038, os ruralistas enveredaram por outro caminho: o da organização da classe sem os inconvenientes da "associação civil", simplesmente, e os excessos do sindicalismo trabalhista. Concluíram eles que:

- a) não seria possível, desde logo, promover-se a sindicalização da classe;
- b) entretanto, era imperativo organizá-la;
- c) seria conveniente aproveitar-se, o quanto possível, o que de bom havia no incipiente associativismo já existente no país.

Com este ponto de vista concordava, aliás, o próprio Ministro do Trabalho, Marcondes Filho. Entendia ele que os sindicatos da lavoura "não poderiam estar sujeitos a um estatuto padrão, do mesmo modo que não poderiam ter a sua ação administrativa submetida a princípios rígidos em sua uniformidade". "O critério, portanto — continuava o Ministro — não seria o da lei mais perfeita, ou que atendesse melhor, a mais adiantada — porém da lei mais aplicável, a que beneficiasse mais extensamente os grupos rurais disseminados no solo imenso".

Dai, o 8.127, que aliás substituiu e revogou o 7.449, de 30.5.1945, e posterior de quase um ano ao 7.038. É este um diploma longo — ao contrário do seu congêneres de 1.903 — composto de 6 capítulos e 30 artigos, além de numerosos parágrafos e alíneas. Até hoje, não logrou receber o regulamento que possibilite a sua execução.



Voltaremos ainda.

À CLASSE RURAL

TEMAS E SUGESTÕES

ARRUDA CÂMARA

— 269 —

VOZES DOS ANIMAIS

O prof. Francisco da Silveira Bueno, catedrático de língua e filologia portuguesa, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, com a colaboração da assistente Dinorah da Silveira Campos Pecoraro, de Felipe Jorge, catedrático, de português do Instituto "Caetano de Campos" e dos senhores Giglio Pecoraro e Geraldo Bressane organizou, como parte dos apêndices ao **DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA**, editado em 2.^a Edição pelo Departamento Nacional de Educação, o seguinte sobre as vozes dos animais:

"ABELHA — Azoinar, susurar, zoar, zumbiar, zumbir, zunir, zuzunhar; ABUTRE, AÇOR — Crocitar, grasnar; AGUIA — Crocitar, grasnar, gritar, piar; ANDORINHA — Chilar, chilrear, gazejar, gorjear, grinfar, trinfar, trisnar, zinzilular; ANDORINHAO — Crocitar, piar; ANHO — Balar, mugir; ANUM — Piar; ARAPONGA — Bigornear, gritar, martelar, retinir, soar, tinir; ARAPUA ou ARAPUA — O mesmo que abelha; ARARA — Chalrar, grasnar, gritar; ARGANAZ — Chiar, guinchar; ARIRANHA — Regou-

gar; ASNO — V. burro; AVESTRUZ — Grasnar, roncar, rugir; AZULAO — Cantar, gorjear, trinar; BAITACA — Chalrar, chalrear, palrar; BALEIA — Bufar; BEIJA-FLOR — Aflar, arrular, ciclar, ruflar, sussurar; BEM-TE-VI — Cantar, estridular, assobiar; BESOURO — Zoar, zumbir, zunir; BÉZERRO — Berrar, mugir; BIRIBA — V. cavalo; BODE — Balar, balir, berrar, bodejar; BOI — Arruar, berrar, bufar, mugir; BORREGO, BÓRRO — Balar, balir; BÚFALO — Berrar, mugir; BURRO — Azurrar, ornear, ornejar, rebusnar, relinchar, rinchar, zornar, zurrar; CABBURE — Piar, silvar; CABRA, CABRITO — Balar, balir, borregar, berrar, bezoar; CAETETU — Grunhir, roncar; CALHANDRA — Cantar, gorgear, trilar, trinar; CAXBAXIRRA, CORRUIBA ou GARRINCHA — Chilrear, gorgear; CAMELO — Blaterar; CAMUNDONGO — Chiar, guinchar; CANÁRIO — Cantar, dobrar, modular, trilar, trinar; CÃO — Cuincar, ganir, ladrar, latir, rosnar, uivar, ulular; CARACARA — Crocitar, grasnar; CARNEIRO — Balar, balir; CASCAVEL — O mesmo que cobra; CAVALO — Bufar, fungar, nitir, ornear, ornejar, relinchar, rifar, rinchar, zurrar; CEGONHA — Gloterar, grasnar; CHACAL — Ladrar, uivar; CIGARRA —

Cantar, ciclar, cigarrear, chiar, estridular, estrilar, fretenir, rechiar, retinir, zangarrear, zinir, ziziar, zunir; CISNE — Arensar, grasnar; COBRA — Assobiar, chocalar, guizalhar, sibilar, silvar; CODORNA — Piar, trilar; COELHO — Chiar, guinchar; COLIBRI — V. Beija-flor; CORDEIRO — Balar, balir; CORRUPIAO — Cantar, gorgear, trinar; CORUJA — Chirriar, crocitar, piar, sussurrar, ulular; CORVO — Crocitar, grasnar; COTOVIA — Cantar, gorjear; CROCODILO — Bramir; CUÇO — Cantar, cucular; CURIANGO — Piar; DONINHA — Chiar, guinchar; ELEFANTE — Barrir, bramir; EMA — Grasnar, roncar; ESTORNINHO — Palrar, pissitar; FALCÃO — Piar, pipiar; FERREIRO — V. araponga; GAFANHOTO — Chicliar, ziziar; GAIVOTA — Grasnar; GALINHA — Cacarejar, carcacejar, gaguear; GALO — Cacarejar, cantar, clarinar, cocoricar, cucuritar; GAMBÁ — Chiar, guinchar, regoujar; GANSO — Grasnar; GARÇA — Gazejar, grasnar; GATO — Bufar, miar, resbunar, ronronar, rosnar; GATURAMO — Cantar, gorgear; GAVIAO — Crocitar, grasnar; GRALHA — Crocitar, gralhar, grasnar; GRAUNA — Cantar, trinar; GRILO — Chirriar, cricilar, estridular, estrilar, guizalhar, trilar, tritilar, tritinar; GROU — Grasnar, grugrulhar, guir, grulhar; GUARÁ — Gazejar, grasnar; GUARÁ (espécie de lobo) — Uivar, ulular; GUARIBA — Guinchar; HIENA — Uivar, urrar; HIPÓPOTAMO — Grunhir;

"FOSFATO OU ESCÓRIA THOMAS"

ADUBO UNIVERSALMENTE CONHECIDO

Agente em São Paulo e Rio:

ARTHUR VIANNA CIA. DE MATERIAIS AGRÍCOLAS

Caixa Postal 3572 — Endereço Telegráfico: "SALITRE" — RIO DE JANEIRO

INHAMBU ou NAMBU — Piar; JABURU — Gritar; JACU — Grasnar; JAGUAR — Bramar, bramir, uivar, urrar; JANDAIA — O mesmo que arara; JARARACA — V. cobra; JIBÓIA — V. cobra; JUMENTO — V. burro; JURITI — Arrular, arrulhar, soluçar, turturinar; LEÃO — Bramar, bramir, rugir, urrar; LEBRE — Chiar, ginchar; LEITÃO — Baco-rejar, coínchar, grunir; LEOPARDO — Bramar, bramir, rugir; LOBO — Uivar, ulular; LONTRA — Assobi-ar, ginchar; MACACO — Assobi-ar, ginchar; MACU-CO — V. inambu; MAITÁ ou MAITACA — Chalrar, chalrear, palrar; MARRECO — Grasnar, grasnir, grassitar; MELRO — Assobi-ar, cantar; MILHAFRE — Co-citar, grasnar; MOCHO — V. coruja; MORCEGO — Farfalhar, trisnar; MÔSCA, MOSQUITO — Zinir, zoar, zumbir, zunir; MU, MULA — V. burro; MUTUM — Cantar, gemer, piar; NOITI-BÓ — V. curiango; ONÇA — Bramar, bramir, uivar, urrar; OVELHA — Balar, balir, berrar, berregar; PANTERA — Miar, rosar, rugir; PAPAGAIO — Chalrar, chalrear, falar, grazinar, pal-rar, palrear, taramelar; PARDAL — Chiar, chilrear, piar, pipilar; PATATIVA — Cantar, soluçar; PATO — Grasnar, grasnir, grassitar; PAVÃO — Gritar, pipilar, pupilalr; PELICANO — Grasnar, grassitar; PERDIGÃO, PERDIZ — Cacarejar, pipiar; PERIQUITO — Chalrar, chalrear, palrar; PERU — Garrir, gorgolejar, grugruler, grugrular, grugruler; PICA-PAU — Piar; PINTARROXO — Cantar, gorjear, trinar; PINTASSILGO — Cantar, dobrar, modular, trilar; PINTO — Piar; POMBO — Arrolar, arrular, arrulhar, gemer, ralar, ru-lhar, turturinar; PORCO — Grunhir, ginchar, roncar; POUPA — Arrulhar, gemer, ru-lhar; RA — V. sapo; RA-POSA — Regougar, roncar, uivar; RATO — Chiar,

guinchar; RINOCERONTE — Bramir, grunhir; ROLA — V. pomba; ROUXINOL — Cantar, gorjear, trilar, trinar; SABIÁ — Cantar, gorjear, modular, trinar; SAGUI — Guinchar; SAPO — Coaxar, gargarejar, grasnar, grasnir, rouquejar; SERIEMA — Cacarejar; SERPENTE — V. cobra; TICO-TICO — Cantar, gorjear, piar, trinar; TIGRE — Bramar, bramir, miar, rugir, urrar; TORDO — Trucilar; TOUPEIRA — Chiar; Touro — Berrar, bufar, mugir, urrar; TUCANO — Chalrar; URSO — Bramar, bramir, rugir; URUBU — V. corvo; URUTU — V. Cobra; VACA — Berrar, mugir; VEADO — Bramar, rebramar; VESPA — V. abelha; ZEBRA — Relinchar, zurrar.

— 270 —

DICIONÁRIO ÚTIL

Ao terminar a transcrição das VOZES DOS ANIMAIS, tenho o prazer de recomendar o DICIONÁRIO ESCO-

LAR DA LÍNGUA PORTUGUESA, organizado pelo professor Francisco da Silveira Bueno.

Ao fazê-lo, dirigimos apê-lo aos zoólogos e técnicos em exercício nos Jardins Zoológicos para completarem o registro das vozes dos animais.

— 271 —

ESTRADA DE RODAGEM ACRE-BRÁSILIA

Ficará concluída do fim do corrente ano ao princípio de 1961 a estrada de rodagem BR-29 ou ACRE-BRÁSILIA, que ligará Rio Branco (Acre) à Brasília, passando por Porto Velho (Rondônia), por Cuiabá (Mato Grosso) e por Goiânia (Goiás) percorrendo a extensão de 3.315 quilômetros, dos quais eram em florestas nada menos de 750 quilômetros.

O Estado do Amazonas está cogitando de ligar Manaus a Porto Velho passando por Manacapuru, Lábrea e Humaitá.



BR-29 Estrada de rodagem "ACRE-BRÁSILIA" medindo 3.315 quilômetros de extensão.

— 272 —

LOCALIZAÇÃO DAS TRIBOS INDÍGENAS

Segundo o etnólogo Dr. Darcy Ribeiro é a seguinte a localização das tribos indígenas: AGAVATOKENG, entre os rios Curisevo e Culuene, formadores do Xingu, Mato Grosso; AIWATERI, nos rios Mapulau e Torobi, formadores do Demani, afluente da margem esquerda do Negro, Amazonas, fronteira da Venezuela; AMAHUAKA, em grupos no alto Juruá e alto Purus, Acre; APALAI, nos rios Jari e Paru, Amapá; APINAYÉ, nos rios Araguaia e Tocantins, Goiás; ARÉ ou XETA, na serra de Dourados e vale do Avaí, Paraná; ARIKAPU ou MAXUBI nas cabeceiras do Rio Branco; BAKAIRI, no rio Paranatinga, Cuiabá, Mato Grosso; BÓCA NEGRA, no rio Machadinho, afluente do rio Roosevelt; BORORO, no rio São Lourenço, Mato Grosso; BOTOCUDOS (AIMORÉ, BORUN, GUEREN), nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo; CANOEIROS (Avá), vivem entre o rio Formoso e o braço oriental do Rio Araguaia que forma a ilha do Bananal; FULNIÓ ou CARNIJÓ, vivem no Pósto Indígena junto à cidade de Águas Belas, Pernambuco; GAVIÕES, na margem direita do médio Tocantins, sudeste do Estado do Pará; GUARANÍ, vivem no sul de Mato Grosso, oeste do Paraná e noroeste do Rio Grande do Sul; JAVAÉ, da família KARAJA, vivem no alto Xingu, norte de Mato Grosso; JURUNA, vivem no alto Xingu, norte de Mato Grosso; KAIAPÓ, desse grupo os MENTUKTIRE (gente preta) vivem na margem esquerda do Xingu; KABIXI, vivem no alto rio Guaporé, proximidades de Vila Bela; KADIWÉU, entre a serra da Bodoquena e o rio Nabileque à margem esquerda do rio Paraguai; KAINGANG (CO-

ROADO, GOIANÁ), vivem nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; KALAPALO, à margem esquerda do rio Culuene, Mato Grosso; KAMAYURÁ, vivem na lagoa Ipavú, próximo ao rio Curisevo, Mato Grosso; KARA-JÁ, ao longo do rio Araguaia; KUIKURO, à margem esquerda do rio Culuene, Mato Grosso; MAWÉ (MAUÉ, ANDIRÁ, ARAPIUM), rios Andirá, Urupadi e Manaru, no baixo Madeira, Amazonas; MEHINAKU, à margem esquerda do rio Curiseva, Mato Grosso; MUNDURUKU, rios Caruru e Tropa, afluentes do Tapajós, Pará; MURA, no baixo Amazonas; NAMBIKUARA, noroeste de Mato Grosso, entre os rios Juruema e os altos cursos dos formadores do Aripuanã; PARAKANAN, na margem esquerda do Tocantins; PARESI, município de Barra dos Bugres, Mato Grosso; PARINTINTIN, igarapé Ipixuna, afluente do Madeira, Amazonas; POTIGUARA, baía da Traição, município de Mamanguape, Paraíba; SUYÁ, a leste das cabeceiras do rio Culuene, formador do Xingu, Mato Grosso; TERENA (GUANÁ), sul de Mato Grosso e município de Avaí, São Paulo; TRUMAI, à margem direita do Culuene, Mato Grosso; TUKUNA, proximidades do Iça e Solimões, Amazonas; URUBUS-KAAPAR, na margem esquerda do rio Gurupino, município de Vizeu (Pará) e no município de Caratupera (Maranhão); XAVANTE, entre os rios da Morte e Culuene, Mato Grosso; XERENTE, entre os rios do Sono e Tocantins, Goiás; XORKLENG (BUGRE, BOTOCUDOS ou KAIGANG), município de Bandeirantes, Estado do Paraná; XOKÓ, vivem em Porto Real do Colégio (Alagoas) e São Pedro (Sergipe); XUKURU, vivem nas proximidades de Cimbres, Pernambuco; KIKIRI, são os KAIAPÓS do Araguaia.

Está calculado em 300.000 o número de indígenas exis-

tentes, sendo 3.000 a 4.000 o da maior tribo do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os Kaingang.

— 273 —

CARIMÁ, BEIJU E TAPIOCA

Entre as iguarias de origem indígena, melhor aceitas e procuradas, encontram-se a *carimã*, o *beiju* e a *tapioca*, bem aceitas e procuradas, todas obtidas da mandioca mansa, também conhecida por aipim ou macaxera.

A *carimã* é o bôlo feito com a massa mole de mandioca mansa (mandioca puba), exposta ao sol para secar, envolvida em folha e formando disco achatado. A exposição ao sol é feita até ao ponto de assegurar a conservação, em um ou maior número de dias.

Guardados os bolos de carimã em local arejado e seco de onde são retirados para o consumo ou para a venda.

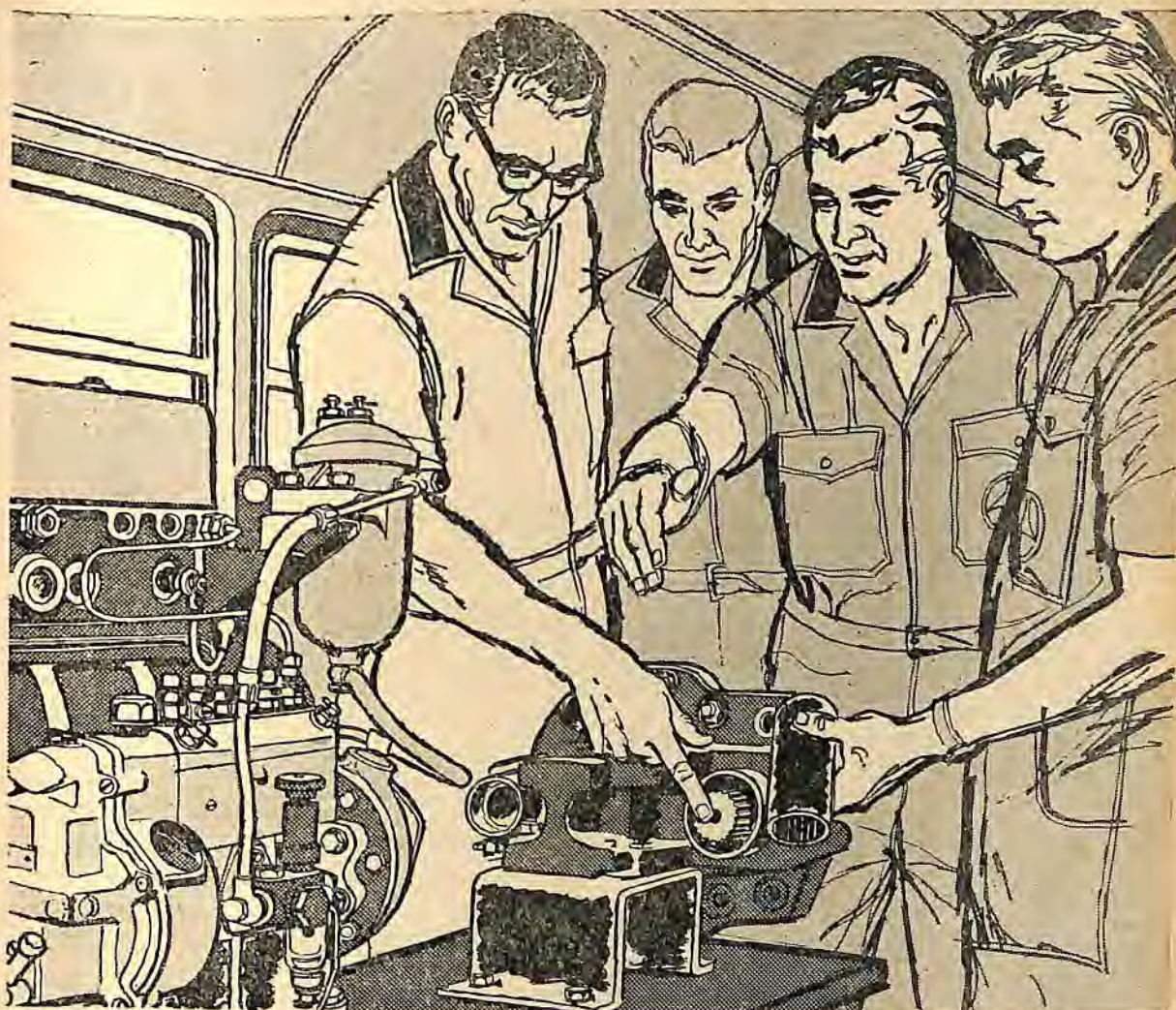
Para o consumo doméstico são os bolos de carimã desmanchados em farinha para o preparo de papas, de mingaus e, também, para engrossar caldos.

É alimento digestivo, leve e dietético.

A *carimã* é oferecida à venda na embalagem original, podendo ser exposta ao sol para aumentar sua conservação.

O *beiju* é feito com a massa espalhada em grossura variável segundo o tipo desejado.

São comuns, entre outros, os seguintes tipos de beijus: *beiju assu*, "fino como um disco e branco como a lua" no dizer de Raymundo de Moraes; *beiju puqueca*, mais grosso e mais úmido, com a massa envolta em folha de banana; *beiju curuba*, feito com castanha de caju ralada; *beiju cica*, muito fino, seco e torrado; *beiju membeca*, apresenta o bôlo mole; *beiju de tapioca*, também conhecido por *beiju crespo* e *beiju em punhos*, indicados



o nascimento-ocar

Para manter tradicional qualidade - em todo o país



ESCOLA TÉCNICA VOLANTE MERCEDES-BENZ



SUA BOA ESTRELA EM QUALQUER ESTRADA

Iniciativa pioneira, objetivando manter o alto padrão de qualidade dos produtos que ostentam a estrela mundialmente famosa, a ESCOLA TÉCNICA VOLANTE MERCEDES-BENZ - integrada por várias unidades - percorre todo o país, proporcionando a mecânicos de concessionários, frotistas, serviço público e rodoviário, ensinamentos especializados sobre veículos Mercedes-Benz. São cursos rápidos e gratuitos. Cada unidade volante dispõe de amplo material técnico, incluindo componentes de veículos preparados em corte, para demonstrações práticas, como: 2 motores, caixa de câmbio, caixa de direção, conjunto diferencial, além de aparelhos de medição e completo jogo de ferramentas especiais para uso nos produtos Mercedes-Benz. As aulas estão a cargo de instrutores altamente experientados. Esta é mais uma contribuição da Mercedes-Benz do Brasil S. A. ao progresso e prestígio da indústria automobilística nacional.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A.

para convalescentes; *manupança*, beiju temperado com sal, açúcar, erva doce e assados entre folhas de bananas; *beiju seco*; *beiju de sola*; *tacupá*, beiju amassado de onde se extrai a *tiquira*; *beiju de côco ralado* ou beiju temperado com leite de côco, etc.

O beiju é feito no forno das "casas-de-farinha" ou sobre pedras aquecidas em fogo brando, o mesmo acontecendo com a tapioca.

A tapioca é feita com goma de mandioca meio seca e cozida em fogo brando em pedra, em uma vasilha rasa circular ou no forno das "casas-de-farinha", na época das "farinhadas".

— 274 —

CARNE E PEIXE MOQUEADOS

Assar a fogo lento, sem contato com a chama, ou ao calor do braseiro, no moquém, espêto, garfo ou na grelha, é moquear a carne ou peixe para conservar ou para preparar quitutes ao sabor da casa.

É trabalho que demora um ou mais dias e constitui uma das formas do indígena para suprir a falta ou escassez de sal.

A peça moqueada, também dita muqueada, depois de seca e com leve sabor de fumaça, conserva-se durante semanas, bastando que, de quando em quando, seja submetida a ligeira passagem no moquém.

— 275 —

MAIZENA

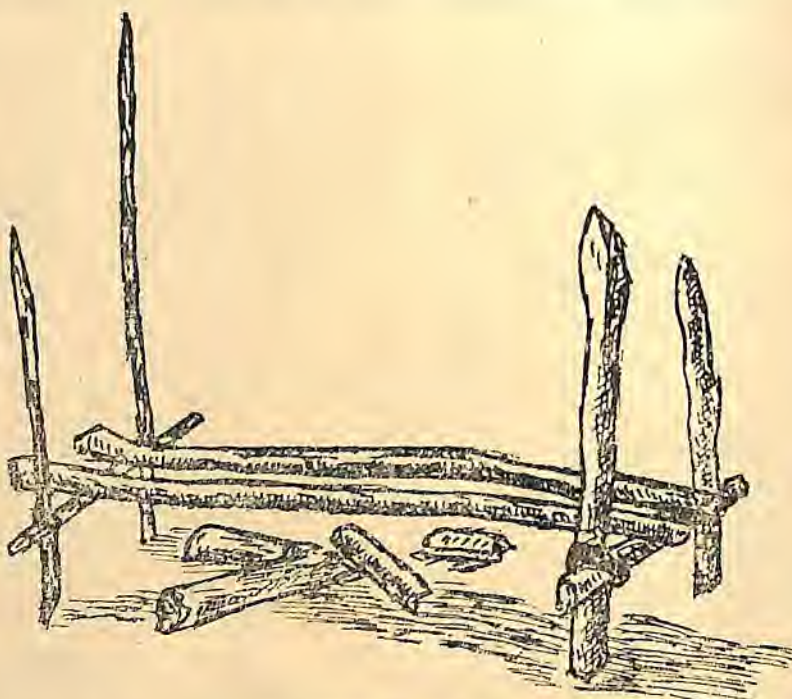
Produto obtido do milho para alimentação.

Não é fermentado.

Entra na confecção de bolos, pudins, molhos, etc.

— 276 —

A BALEIA E SEUS PRODUTOS NO BRASIL



Suprindo a falta ou a escassez de sal empregam os indígenas o "MOQUEM" (figura acima) onde tratam do peixe e da carne de difícil conservação.

O emprêgo da carne de baleia tende a se generalizar no país com o aumento da exploração do cetáceo em nossa costa marítima.

A carne de baleia pode ser consumida fresca ou salgada sendo tanto a fresca como a salgada aceitas e apreciadas tal como sucede entre os povos japonês e norueguês que são hábeis na forma de seu preparo.

A baleia fornece, além da carne — produto de grande futuro —, as barbatanas, marfim, ambar cinzento, glândulas, sangue seco, óleo de fígado, óleo, farinha de ossos, extrato de carne etc.

Quanto à carne, proporciona cerca de 50% do seu peso.

A carne fresca deverá ser fornecida resfriada ou congelada e a carne salgada em mantas bem curadas ou defumadas.

A nossa produção eleva-se a 500 baleias na Paraíba que, acrescida com a produção a ser obtida em Cabo Frio, cujo pósto será instalado dentro em pouco, ele-

var-se-á a 1.000 baleias com o aproveitamento assegurado.

Com o desenvolvimento da caça de baleias no litoral brasileiro devemos ampliar, quanto possível, a área das águas brasileiras tal como o Chile, o Peru e o Equador.

— 277 —

SAMBACUITÉ

Da família das labiadas a *Hyptis mutabilis* Briq (*Nepeeta mutabilis* Rich.), é um subarbusto aromático, de folhas cordiformes, oval-alongadas e denteadas. Flores pequeninas, esbranquiçadas, apresentando pequena mancha arrocheada, dispostas em espigas, formando cachos terminais.

Folhas tônicas, carminativas e estomacais.

O suco das folhas é aplicado no tratamento das belidas e nas miasas nasais e auriculares.

Conhecida por manjerição em Pernambuco e por alfavaca de caboclo e sambaité, no Ceará.



Retrato de uma família sadia...

Esta família, como tôdas as famílias de ontem e de hoje, tem sempre ao lado de si uns "bons amigos". Eles "aparecem" na foto no ar saudável de tôdos, na robustez, na alegria... representando o que há de mais importante na vida de todos nós: a saúde. Eles são nomes muito íntimos, que desde o vovô ao caçula, há muitas gerações, tôda a família pronuncia com satisfação: Os *Produtos Nestlé* !

Êstes "bons amigos da família", os *Produtos Nestlé*, sintetizam tôda uma linha de produtos alimentares que Nestlé vem introduzindo, há quase 50 anos, nos lares de todo o Brasil. E, de tal sorte, tem sido sua contribuição à saúde perfeita da família que, no retrato das gerações sadias, os *Produtos Nestlé* hão de ocupar sempre um lugar de absoluto destaque.

COMPANHIA INDUSTRIAL E COMERCIAL BRASILEIRA DE PRODUTOS ALIMENTARES



— 278 —

URICURI

Família das palmáceas o *Cocos coronata* Mart. apresenta estipe de 6-10 metros de altura, budo coberto com a base das folhas velhas.

Folhas pinatífidas, até 3,5 metros de comprimento, folíolos azulados e dispostos nos dois sentidos.

Fruto duráceo, com escamas na base, amarelo quando maduro, pequeno, ovóide, polpa carnosa e mucilagínosa e um carôco com amêndoa branca, oleaginosa.

No tempo de penúria extraem do tecido medular uma farinha amarga e pouco nutritiva, a que chamam "bró" na Bahia.

As folhas fornecem fibras para chapéus, abanos, esteiras e outros trabalhos trançados. Na parte dos folíolos se encontra cera, com as mesmas aplicações da de carnaúba.

Folhas, flores e frutos forraginosos. Drupa comestível, contendo a amêndoa 55 a 60% de óleo alimentar. A torta resultante da extração do óleo contém cêêerca de 19% de proteína.

Conhecida por *auricuri*, *licuri*, *nicuri* e *uricuri*, segundo o professor Renato Braga.

— 279 —

VIOLETA

A violeta — *Viola odorata* Lin. da família das violáceas é planta herbácea, rasteira, estolhosa, de tronco quase todo subterrâneo, com numerosas raízes rijas e filiformes.

Folhas longo-pecioladas, estipuladas, cordado-ovadas,

reniformes de quando em quando, obtusamente serradas.

Flôres pequenas, delicadas, violáceo escuro raramente róseas ou brancas.

Cápsulas pequenas oblongo-oval, unilocular, com semente lisa.

Frequente nos jardins interiores de habitações.

As flôres são perfumadas e ocultam-se entre as folhas.

— 280 —

ESTRADA DE RODAGEM
ANGRA DOS REIS-PARATI

Será construída ligando as cidades de Angra dos Reis e Parati, uma estrada de rodagem, com elevado número de obras de arte e de pontes, que vêm integrar Parati no território fluminense.

Além do estaleiro para reparos e construção de embarcações poderá o porto de Parati ser ligado por uma linha regular de navegação aos portos do Rio de Janeiro e Santos.

— 281 —

TROPA DE CARGA

Estão praticamente desaparecendo as tropas de cargueiros.

Devemos fixar-lhes os característicos antes de desaparecerem completamente, e com elas os tropeiros com seus hábitos e costumes próprios.

A tropa era dividida em lotes, cada qual sob a direção de um tropeiro com ajudante.

A tropa tinha uma "ma-drinha", — égua mansa de certa idade — montada por um menino que a conduzia na frente da tropa, trazendo um chocalho, ou guizos, também chamados "cencerros", a cujo som a tropa acompanhava e seguia.

— 282 —

BIBLIOGRAFIA DO PROF.
CÂMARA CASCUDO

I — Livros Publicados

1) "Alma Patricia" — Literatura e Crítica — Natal — 1921; 2) "Histórias Que o Tempo Leva" — Prefácio de Rocha Pombo — São Paulo — 1924; 3) "Joio" — Crítica e Literatura — Natal — 1927; 4) "Lopez do Paraguay" — Três ensaios — Natal — 1927; 5) "Intencionalidade do Descobrimento do Brasil" — Natal-1933 (Tese de concurso); 6) "O Homem Americano e Seus Temas" — Natal-1933; 7) "O Conde D'Eu" — Brasiliana — São Paulo-1933; 8) "Viajando o "Em Memória de Stradelli" — Sertão" — Natal-1935; 9) "Manaos-1936; 10) "O Marquês de Olinda e Seu Tempo" — Brasiliana — S. Paulo-1938; 11) "O Doutor Barata — Bahia-1938; 12) "Va-queiros e Cantadores" — Porto Alegre-1939; 13) "Governo do Rio Grande do Norte" — Natal-1939; 14) "Informação de História e Etnografia" — Recife — 1940. Segunda edição-1944; 15) "Antologia do Folclore Brasileiro" — S. Paulo 1944; 16) "Os Melhores Contos Populares de Portugal" — Rio de Janeiro, 1945; 17) "Lendas Brasileiras", Rio de Janeiro, 1945; 18) Contos Tradicionais do Brasil" — Rio de Janeiro-1946; Segunda edição -

B E B A

Crush[®]

0 Refrigerante

de

Classe

Bahia-1955; 19) História da da cidade de Natal" — Natal-1947; 20) "Geografia dos Mitos Brasileiros" — Rio de Janeiro-1947; 21) Holandeses no Rio Grande do Norte-Natal-1921; 22) "Meleagro" — Rio de Janeiro-1951; 23) "Anubis e Outros Ensaios" — Rio de Janeiro, 1951; 24) — "Literatura Oral" — Rio de Janeiro, 1952; 25) "História da Imperatriz Porcina" — Lisboa, 1952; 26) "Em Sergipe D'El Rey" — Aracaju, 1953; 27) "Cinco Livros do Povo" — Rio de Janeiro, 1953; 27) "Cinco Livros do Povo" — Rio de Janeiro, 1953; 28) "Dicionário do Folclore Brasileiro" — Rio de Janeiro, 1954; 29) "História de um Homem" — Natal, 1954; 30) "Antologia de Pedro Velho" — Natal, 1954; 31) "História do Rio Grande do Norte" — Rio de Janeiro, 1955; 32) "Notas e Documentos Para a História do Município de Mossoró" — Natal, 1955; 33) "Informação Histórica do Município de Santana do Mato" — Natal, 1955; 34) "Trinta Estórias Brasileiras" — Porto, 1955; 35) "Geografia do Brasil Holandês" — Rio de Janeiro, 1956; 36) "Vida de Pedro Velho" — Natal, 1956; 37) "Notas e Documentos Para a História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte" — Escrito por solicitação da Assembléia; 38) "História da República no Rio Grande do Norte"; 39) "Pesquisas e Notas de Etnografia Brasileira"; 40) "Toponímia Norte Rio-grandense"; 41) "Pesquisas de Literatura Oral do Brasil"; 42) "Jangada" (Uma pesquisa etnográfica) — Rio de Ja-

neiro, 1957; 46) "Vida e Canto de Cangaceiros" — Documentário, pesquisa (es-do); 47) "História da Literatura Norte Rio-grandense; 48) "Onomástica das Ruas e Praças da Cidade de Natal"; 49) "Superstições e Costumes" — Rio de Janeiro, 1958; 50) "Rêde de Dormir" — Rio de Janeiro, 1959; 51) "Canto de Muro", — Rio de Janeiro, 1959.

II — Ensaios (Estudos e Conferências, Separatas)

1) "Uma Interpretação da Couvade" — Revista do Arquivo Municipal XXIX, São Paulo, 1936; 2) "Conversa Sobre Hipoteca" — Panorama ns. 4-5, São Paulo, 1929; 3) "Os Índios Conheciam a Propriedade Privada?", Panorama n. 9 — São Paulo, 1936; 4) "Notas Para História do Ateneu" — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, volumes 27/28, Natal, 1937; 5) "O Mais Antigo Marco Colonial do Brasil" — volume II Rio de Janeiro, 1939. Reimpressa no IX volume, tomo 1.º, das Publicações do Congresso do Mundo Português-Lisboa, 1940; 6) "Seis Mitos Gaúchos" — Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, 4.º volume, Porto Alegre, 1940. Reimpresso, ilustrado, no "Rio Grande do Sul, Imagem da Terra Gaúcha", Porto Alegre — 1942; 7) "O Nome "Potiguar" — Rihgrn, vols. 32/34 — Natal, 1940; 8) "O Povo do Rio Grande do Norte" — Natal, 1940; 9) "As Lendas de Extremoz" — Natal, 1940; 10) "Fanáticos da Serra de João do Vale" — Rihgrn vols. 35/37, Natal, 1941; 11) "O Brasão Holandês do Rio Grande do Norte" — Natal, —

1941; 12) "O Presidente Parudo" — Natal, 1941; 13) "Lição Etnográfica nas Cartas Chilenas" — Revista do Arquivo Municipal, vol. 39 — São Paulo, 1943; 14) "Simultaneidade de Ciclos Afro-Índigenas no Brasil" — Porto 1948; 15) "Tricentenário de Guararapes", Conferência — Revista do Arquivo Público Estadual, Recife, 1949; 16) "Gorgoneion", Estudo sobre amuletos — Madri 1949; 17) "Consultando São João" — Natal, 1949; 18) "Erete Nell' Acaia e la Consulta Degli Oracoli no Brasil" — Revista di Etnografia, Ano III, 1-2 Nápoles, 1949; "O Folclore nos Autos Camoneanos" — Natal 1950; 20) "O Símbolo Jurídico do Pelourinho" — Rihgrn, vols. XLV-XLVIII — Nata, 1950; 21) "Custódias com Campainhas" — Ourivesaria Portuguesa, 13-14, Porto; 22) "Conversa Sobre Direito Internacional Público" — Natal, 1951; 23) "Os Velhos Entremezes Circenses", Douro-Litoral, VII-VIII, 4.ª série Porto 1951; 24) "Atirei um Limão Verde..." Douro - Litoral — V-VI, 4.ª série, Porto, 1951; 25) "Com D. Quixote no Folclore Brasileiro" — Revista de Dialectologia y Tradiciones Populares VVIII, 3, Madrid, 1952; 26) "A Mais Antiga Igreja do Seridó" — Rihgrn vols. XLVIII - XLIX - Natal, 1952; 27) "O Fogo de 40" — Rihgrn, vols. XLVIII XLIX — Natal, 1952; 28) — O POLDRINHO SERTANEJO E OS FILHOS DO VISIR DO EGITO. BANDO, III, NATAL, 1952; 29: — TRADICIÓN DE UM CUEN-TO BRASILENO — Archivo Venezuelano de Folclore, n. 2 — Caracas, 1952; 30: — O ORIGEM DA VAQUEJA-

Phosdrin

***Proteção segura para
suas plantas
hortícolas!***



PHOSDRIN é a melhor proteção que Você pode assegurar às suas hortaliças. Phosdrin age rapidamente contra pulgões, ácaros, percevejos, lagartas e grilos, com a vantagem de não deixar resíduos, podendo, por isso, ser usado com toda a tranquilidade até às vésperas da colheita. As culturas permanecem "limpas" durante vários dias, após a pulverização com Phosdrin, inseticida organo-fosforado sistêmico de poder excepcional!

Produto garantido pela

SHELL BRAZIL LIMITED

Rio de Janeiro: Praça Pio X, 15

São Paulo: Rua Conselheiro Nébias, 14

Recife: Rua Imperador Pedro II, 207

Pôrto Alegre: Rua Uruguai, 155



DA NO NORDESTE BRASILEIRO. Douro — Litoral, III — IV, 5a. série, Porto, 1953; 31: — ALGUNS JOGOS INFANTIS NO BRASIL. DOURO — LITORAL. VII — VIII. 5a série, Porto, 1953; 32: — de Dialectologia y Tradiciones Populares, IX. 2 Madrid, 1953; 33: — COMENDO FORMIGAS — Sul America, n. 135, Rio de Janeiro, 1954; 34: — OS VELHOS DO NORDESTE, Comunicação ao XI Congresso Brasileiro de Geografia, Porto Alegre, 1954; 35: — CINCO TEMAS DO "HEPTAMERON" NA LITERATURA ORAL IBERICA. Douro — Litoral V — VI, 6a. série, Porto, 1954; 36: — PEREIRA DA COSTA FOLCLORISTA ... no vol. "Homenagem do Arquivo Público a Pereira da Costa" — Recife, 1954; 37: — LENBRANDO SEGUNDO WANDERLEY ... Pós-facio na 3a. edição de "Poesias" — Natal, 1955; 38: — NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PAROQUIA DE NOVA CRUZ — Natal, 1955; 39: — PAROQUIAS DO RIO GRANDE DO NORTE — Natal, 1955; 40: — LEGES ET CONSUETUDINES NOS COSTUMES DO BRASIL, La Cuba, 1955; 41: — FUNÇÃO DOS ARQUIVOS — Conferência — Recife, 1956; 42: — FA — Arquivo Público Estadual MILIA DO PADRE MIGUELINHO — Natal, 1960; 43: — COMADRE E COMPADRE — Revistas de Dialectologia y Tradiciones Populares, Madrid, 1956; 44: — FOLCLORE: LITERATURA ORAL E LITERATURA POPULAR — "A Literatura no Brasil", cap. 3º, vol 1º, direção de Afrânio Coutinho, Rio de Janeiro, 1956.

(Continúa no número seg)

O Percevejo do Arroz

O arroz, gramínea — GLUMIFLORA (*Oryza sativa*) constitui um dos mais importantes cereais do mundo, sendo alimento básico na maior parte do globo. É um cereal de antigas eras, cultivado pelos chineses e indianos há mais de 40 séculos.

Seu aparecimento no Brasil, segundo Frei Gaspar Madre de Deus, foi entre 1550 e 1590. Até hoje continua sendo um alimento preponderante entre nós, e a sua cultura integra a lista dos que pesam na balança econômica, os tratos culturais devem ser motivo de muitos cuidados, principalmente os de ordem fitossanitária.

Em 1934 foi dado um primeiro alarme no município de São Gabriel, Rio Grande do Sul. Foi o dr. M. Pizarro quem primeiro chamou a atenção sobre o perigo que ameaçava aquela importantíssima cultura, e enquanto eram tomadas as providências necessárias a praga alastrava-se assustadoramente, invadindo o Vale do Vacahi, e os municípios de Gauíba do Rio Pardo, de São João do Camamu. Em São Lourenço e Pelotas foi assinalada a presença da praga; no Estado do Rio de Janeiro, anualmente de novembro a janeiro, ocorre em número muito reduzido no município de Itaboraí.

RECONHECIMENTO PRÁTICO DA PRAGA NO CAMPO
TIPO COMUM — (O ADUTO VOADOR) — mede aproximadamente, 8

milímetros de comprimento por 4 na maior largura. O colorido e desenhos varia, predominando a tonalidade castanho-escuro e pernas mais claras. Na face dorsal do tórax, logo atrás da cabeça, vemos uma placa alongada no sentido transversal, ostentando um espinho em cada extrema lateral. No sentido do maior comprimento divisamos um desenho em forma de 8 deitado.

A face dorsal do abdome apresenta um escudo com "V" que tem uma ligeira interrupção abaixo do vértice dessa letra. As asas na parte basal são castanhas e na extremidade apical têm uma área translúcida. As fêmeas são ligeiramente maiores que os machos.

HOSPEDEIROS

Este inseto é muito polí-fago, pois além do arroz alimenta-se também das seguintes plantas: Pimenta-Brava — Milhã — Capim Arroz, etc.

HABITOS

Os insetos adultos, durante o inverno, são encontrados nos montes de palha de arroz da trilha, entre a cobertura dos sapês do rancho sob a casca de troncos, no pé de plantas ou fenda do solo. No início da primavera, os "percevejos do arroz" começam a se movimentar com mais desenvoltura, sendo encontrados nas plantações citadas.

Na cultura do arroz, começam a invadir a vegetação das taipas (limo que mantém a água de irrigação nos



Com sementes selecionadas e assistência técnica o baixo São Francisco está produzindo ARROZ da mais alta qualidade.

tabuleiros). Tão logo a inflorescência e a formação dos grãos leitosos do capim arroz se manifestam, passam a reproduzir-se.

Lançado o arroz a inflorescência, e constatada a presença dos primeiros grãos leitosos, notam-se já numerosos percevejos no arrozal, que, à tarde, nessa época, se reúnem em grandes enxames. Para isso, procuram uma touceira de arroz, onde, à noite, fazem a postura em massa, observando-se até 3

camadas de ovos superpostos, cobrindo as folhas e colmo. O número de ovos pode atingir a mais de 100.000 por postura por enxame. Após a eclosão, os filhotes ficam reunidos em grupos quase sem mobilidade, que vai se intensificando com o correr dos dias.

Os maiores prejuízos são causados pelos filhotes durante os 28 a 60 dias em que não voam.

Assim, são obrigados a se dirigirem do local do nascimento, sugando o amido líquido dos grãos encontrados nesse percurso. Os adultos não atacam os grãos em forma maciça, pela facilidade de se mobilizarem através do vôo. Os prejuízos são da seguinte natureza: perda de volume da colheita por terem os "percevejos do arroz" sugado o amido em forma líquida, deixando os grãos chôchos; apresentação de grãos que não suportam o descascamento; a presença de

pontos pretos, decorrentes de picadas do inseto, não sendo possível, neste caso, fazer a separação desse grão dos demais, o que deprecia o valor do cereal.

COMBATE

São os seguintes os meios de combate ao "Percevejo do Arroz": mecânicos, físicos e químicos.

MECÂNICOS

Consistem na destruição dos ovos, larvas e adultos. Examinando atenta e caprichosamente as plantas do arroz, e outras na proximidade do arrozal, descobrem-se os ovos colocados nos órgãos vegetais que devem ser arrancados e deitados ao fogo. O mesmo pode-se dizer para gir com facilidade, e que devem ser perseguidas também nas taipas que costumam infestar. Quanto aos adultos, sugerem-se as redes caça-insetos (apesar de bastante criticada). No começo, demonstraram ser bastante eficazes, principalmente depois do espigamento do arroz.

Consegue-se destruir por este meio numerosas fêmeas prestes a pôr ovos. Estas redes constam de um cabo de madeira, com um arco triangular de ferro ou arame grosso, de uma liga de ferro ou arame para segurar os pontos do arco no saco de algodão costurado sobre o arco. Nas horas frescas da madrugada, quando os insetos são pouco ágeis, batem-se levemente as espigas infestadas sobre a abertura da rede, conseguindo-se em pouco tempo encher as redes, que são, depois, mergulhadas em gasolina ou água com querosene.

Ainda como meio mecânico, existem os refúgios naturais que, em certas localidades, poderiam dar bons resultados. Trata-se de montões de palha e capim colocados do lado dos arrozais, e que são procurados pelos insetos, principalmente nos dias frios: queima-se depois o refúgio improvisado com todos os inquilinos que nele foram se abrigando.

FÍSICOS

Entre estes temos o calor e a luz.

O calor do sol, fatal a estes insetos, pode e deve ser aproveitado para garantir a desinfecção dos sacos a fim de evitar o transporte, também, da praga. Basta expor os sacos ao sol para que todos os percevejos neles contidos morram em pouco tempo. O mesmo ocorre no secamento da colheita.

Quanto ao fogo, é um dos melhores auxiliares na luta contra a praga. Devem-se queimar as palhas, e amontoamentos diversos que dentro ou nas vizinhanças dos arrozais podem servir de abrigo ao inseto, e facilitar a sua multiplicação. As vasouras de fogo, tochas embebidas de líquidos inflamáveis e até a queima direta do campo conseguem exterminar milhões de indivíduos, e é este o meio mais eficaz contra larvas e os ovos.

A palha em pé na lavoura também deve ser queimada depois da colheita, para o mesmo fim: as fogueiras, principalmente à noite, feitas com cuidado atraem grande número de formas aladas, que aí, depois, perdem a vida.

MEIOS QUÍMICOS

Estes são os meios mais indicados e certos. Consistem em tratamentos, ou melhor polvilhamento das culturas de arroz com inseticidas clorados, como sejam — BHC 1% a 2% (Hexacloro Ciclo Hexana).

EMPREGO

1) observando-se o aparecimento do "percevejo do arroz" fora da lavoura, faz-se o polvilhamento com BHC a 1 ou 2% do isômero gama;

2) continua-se o controle, ainda quando passarem para a vegetação das taipas;

3) assinalar à tarde, os enxames de postura, com bambus, ou varas de 2 metros de altura, para, à noite, se proceder ao polvilhamento dessa concentração com o mesmo inseticida acima indicado;

4) no dia imediato fazer uma revisão desses pontos, para retirar as posturas, que chegaram a se realizar;

5) nos pontos de enxames que não foram assinalados antes da postura, chegando a nascerem filhotes, procede-se a novo polvilhamento;

6) não se fazendo polvilhamento, ou não se dispondo de meios para fazê-lo, procede-se ao corte das touceiras em que se deu a postura.

Esta praga, pode ser controlada com outros inseticidas clorados e fosforado em pó seco (Canfeno clorado a 10% e 20% Tiofosfato a 1% em pó.

NO ESTADO DO RIO

Censo Agrícola Experimental

O Serviço Nacional de Recenseamento preparou o Programa do Censo Agrícola de 1960. Esse programa calcado na experiência dos levantamentos anteriores, resguarda o confronto das informações. Incorpora novas pesquisas, e atende ao projeto elaborado pela FAO, objeto de debates em reuniões internacionais.

Como parte dos preparativos para o Recenseamento Geral de 1960, foi realizado o Censo Agrícola Experimental em três Distritos de Municípios fluminenses o de Amparo (Município de Nova Friburgo), representativo da pequena e média lavoura, o de

Resende, onde se concentra parte substancial da pecuária regional; e o de Comendador Venâncio (Município de Itaperuna), importante por sua grande lavoura. Sua execução obedeceu as normas do censo geral, testando-se os instrumentos de coleta projetados para 1960.

Essa comprovação experimental foi realizada por Agentes Recenseadores treinados pelos Agentes Municipais de Estatística, orientados êstes pelo Núcleo de Planejamento Censitário. Comprovou-se a colaboração das autoridades civis e religiosas, o que contribuiu para o êxito da operação piloto.

Entre as novas pesquisas a serem realizadas em ... 1960, destacam-se as que se referem ao emprêgo da adubação, irrigação artificial, uso da energia elétrica, principal atividade econômica dos estabelecimentos agrícolas, novas inversões de capital na agricultura. Inclue-se, no inquérito, indagação sobre financiamento das atividades agropecuárias.



A moderna e bem montada sede própria da Federação Rural do Estado de Santa Catarina.



Fazendo como eu...

faras o certo!!!

**110 ANOS DE EXPERIENCIA
NO CULTIVO DE SEMENTES
1850 - 1960**

Sementes de	Hortaliças
"	" Flores
"	" Forrageiras
"	" Grama
Bulbos	" Palmas

Importadora
L. Daehnfeldt, Ltda.



Av. Barão de Tefé, 7 - Grupo 301/302 — Caixa Postal 1141
Fones 23-0467 — 43-2183 — Enl. Telegráfico: **DAEHNFELDT**
Rio de Janeiro Estado da Guanabara

AVILCULTURA

OVOS MELHORES E MAIS SAUDÁVEIS

Com o advento da avicultura moderna, já os médicos não fazem mais restrição ao consumo diário de ovos. Houve tempo, na verdade, em que o ovo não

era uma coisa precisa, bem definida, de valor bem determinado, para uma certa idade". Era natural que assim fôsse (como ainda é em muitas regiões de avicultura rudimentar). Explica-se facilmente: as galinhas eram criadas livremente e alimentavam-se como podiam, à lei da natureza, e, assim, devido à carência

do solo, dos desequilíbrios dos alimentos, cereais, cadáveres de insetos, vermes, etc., elas eram atingidas de doenças, muitas vezes erradamente consideradas infecciosas. Concebem-se perfeitamente as restrições de médicos antigos, que conheciam a origem dos ovos e, portanto, desconfiavam de sua qualidade.

Atualmente, com a introdução de métodos técnicos de criação, principalmente a alimentação racional das poedeiras, os ovos passaram a ser uma "coisa precisa, bem definida, e de valor bem determinado". Os ovos produzidos em granjas são de origem seguramente idônea, dado que a criação das galinhas se conduz dentro da mais rigorosa higiene. Também os ovos têm maior valor alimentício são sempre saudáveis, pois não se alimentam mais ao acaso, devorando vermes, restos de comida, insetos e grãos desequilibrados. Hoje, a ração das galinhas é tão cuidadosamente elaborada como os alimentos humanos industrializados. As rações incorporam, além das substâncias indispensáveis à manutenção da galinha, vitaminas e minerais que vão reforçar o valor nutritivo do ovo.

Graças ao progresso técnico, o ovo de granja, ou de galinheiro de fazenda onde se aplicam regras de manejo e rações balanceadas, é um alimento de perfeita segurança, alto valor nutritivo e insubstituível na dieta das populações citadinas.

Senhor Avicultor:

Obtenha maiores lucros com

ROVA - 10

— Suplemento para rações à base de **Rovamicina** — o mais moderno antibiótico de largo espectro.

ROVA - 10 custa menos e ainda aumenta mais o peso e a postura

ROVA - 10 rende mais: 1 kg dá para 2 toneladas de ração

ROVA - 10 respeita a flora intestinal útil

ROVA - 10 é um produto de qualidade **RHODIA**

... e lembre-se:

Qualidade também é Economia!

Peça folhetos e informações à

Cia. Química Rhodia Brasileira

Agência do Rio de Janeiro
AV. PRESIDENTE VARGAS, 309-5.º ANDAR
TEL. 52-9955 — CAIXA POSTAL 904
RIO DE JANEIRO



A marca de confiança

TAMBÉM A SERVIÇO DA PECUÁRIA

RAÇÃO BALANCEADA TEM FUNÇÃO DETER- MINADA

Inúmeras experiências têm demonstrado que, por melhor que seja a seleção, um lote jamais alcançará sua maior produtividade, seja de ovos ou de carne, se não se alimentar com uma ração bem balanceada.

Para se fazer uma ração perfeita é preciso que se conheça nutrição a fundo, que se disponha de um bom laboratório de análises e que se testem as rações em granjas experimentais. Os ingredientes variam de preço. A principal função do fabricante de rações é combinar esses ingredientes de modo adequado, ao menor preço possível, sem reduzir, porém, o valor nutritivo da



Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultas

A venda à
RUA DO MATOSO, 33 - RIO
Para o interior enviamos
pelo reembolso postal

ração. Como os conhecimentos e os equipamentos

necessários para isso estão além das possibilidade dos avicultores, mesmo os mais adiantados, eles dependem, assim, da indústria de rações para o fornecimento dos alimentos para as suas aves.

Uma ração bem balanceada é aquela que é feita para desempenhar um papel determinado. Deve encerrar as quantidades ideais de aminoácidos, vitaminas, sais minerais e antibióticos e deve ser de alta energia e de baixo teor em fídras. Os avicultores mais experimentados já aprenderam que as rações de maior preço por quilo, são, quase sempre, as mais caras no que diz respeito ao custo da produção de uma dúzia de ovos ou de um quilo de carne.



avevita

rações balanceadas e prensadas



Rio: Rua Uruguaiana, 118 - Loja - C. P. 1350 - Tel. 43-3906
S. Paulo: Rua Boa Vista, 314 - 4.º - C. P. 260 - Tel. 33-3164
Belo Horizonte: Av. dos Andradas, 841 - C. P. 143 e 463

Reunião de especialistas em crédito dos serviços de Extensão Rural

Sob os auspícios da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), teve lugar no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, a I Reunião Nacional de Especialistas em Crédito dos serviços de Extensão Rural, com os representantes das Entidades Financiadoras, para a reformulação da política de aplicação do Crédito rural articulado com a extensão.

A sessão inaugural realizou-se no dia 19, às 10 horas no auditório da Sociedade Nacional de Agricultura, Avenida General Justo 171, 2.º andar, sob a presidência do Dr. Luiz Simões Lopes, presidente do SNA.

3. Fontes permanentes de recursos para o Crédito Rural.
4. Bases para a celebração de novos convênios e revisão dos vigentes.
5. Conclusões e recomendações.



Sessão de instalação da I Reunião Nacional de Especialistas em Crédito dos Serviços de Extensão Rural e de Entidades Financiadoras, presidida pelo Dr. Luiz Simões Lopes, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, vendo-se à sua esquerda o Dr. João Napoleão de Andrade, Presidente do ABCAR.



Aspecto da assistência da sessão de instalação da I Reunião de Especialistas de Crédito dos Serviços de Extensão Rural, no auditório da Casa do Agricultor, da Sociedade Nacional de Agricultura.

A coordenação geral dos trabalhos esteve a cargo do Diretor Executivo da ABCAR com a assistência dos Assesores do Crédito.

Participaram da Reunião:

- a) diretores e especialistas de crédito dos serviços de Expansão e dos centros de Treinamento
- b) representantes das entidades financiadoras como, Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco Nacional de Crédito Cooperativa, a Caixa Econômica de Minas Gerais, os Bancos oficiais e privados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, São Paulo e outros.
- c) representantes de diversos órgãos e entidades como o Serviço Social Rural, o Serviço de Economia Rural do MIT, da Agricultura, o Escritório Técnico de Agricultura Rural — Estados mineiros, a União Nacional de Associações de Cooperativas, etc.
- d) técnicos e assessores especializados da ABCAR.

a reformulação da política de aplicação do Crédito Rural, visando à sua dinamização, expansão e eficiência, com base na simplificação do processo

A I Reunião Nacional de Especialistas em Crédito dos Serviços de Extensão Rural e representantes das entidades financiadoras, teve por objetivo da Empresa Rural de modo a das disponibilidades de financiamento e na melhor utilização dos princípios de Administração da Empresa Rural, de modo a promover o aumento de produtividade da unidade agrícola do tipo familiar e, consequentemente, a prosperidade e bem estar da família rural.

Foi o seguinte o temário da importante Reunião que concentrou no Rio de Janeiro, numerosos técnicos em crédito rural.

1. Desenvolvimento e estado atual dos trabalhos com Crédito Rural nos Serviços de Extensão Rural.
2. Novas diretrizes medidas a serem adotadas para a reformulação da política de aplicação do Crédito Rural, visando à sua expansão e melhor utilização em articulação com os Serviços de Extensão Rural.

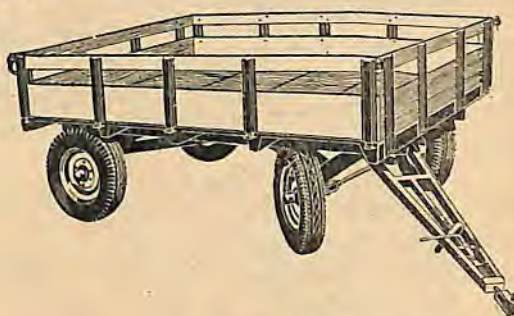
A Primeira cooperativa de colonização no Nordeste

Com a transformação da Cooperativa de Consumo da Colônia Pindorama em Alagoas (iniciativa da Cia. Progresso Rural) por um imperativo do Plano Nacional da Colonização, situa-se no Nordeste a primeira cooperativa dêsse gênero, na integralidade de seus objetivos específicos. E a Cooperativa de Colonização Agrícola Pindirama, em Coruripe. Segue essa Cooperativa, em seus estatutos, as diretrizes preconizadas há anos pelo Serviço de Economia Rural e por técnicos brasileiros especializados (veja-se o último livro do dr. Fábio Luz Filho intitulado "Crédito Agrícola e problema agrário"). É seu presidente o dr. Bené Bertholet, técnico capaz, que já dirigiu organizações congêneres no Sul com colonos estrangeiros.

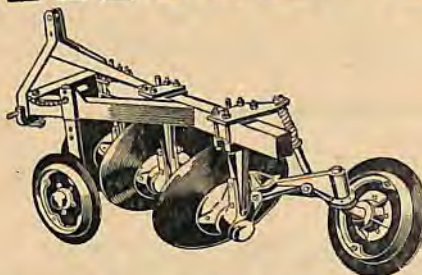
Nesse momento em que está em foco a reforma agrária, eis uma iniciativa-piloto de enorme alcance e um caminho certo. Disso se pode aquilatar não só através de seus objetivos estatutários (modelos oficiais), como pela regulamentação de seu setor técnico, que objetiva a supervisão de tôdas as atividades agropecuárias da Cooperativa, de modo que possa ela atingir a plenitude de seus objetivos econômicos e cuja atuação compreenderá principalmente:

- a) seleção de famílias interessadas na aquisição de lotes agrícolas, a fim de que se forme uma comunidade rural capaz e disciplinada;
- b) planejar e orientar os trabalhos agrícolas e pecuários de forma que os colonos utilizem suas terras de modo racional e lucrativo;
- c) introduzir métodos de lavoura mecanizada capazes de contribuir para o aumento das colheitas e consequente barateamento do custo da produção.
- d) defender a fertilidade das terras por meio de práticas conservacionistas;
- e) difundir o uso de fertilizantes, objetivando não só o imediato aumento das colheitas, como manter a capacidade produtiva do solo;
- f) tornar usual, sempre que possível, a prática da irrigação, não sómente para suprir qualquer eventual deficiência de chuvas, como para possibilitar culturas de

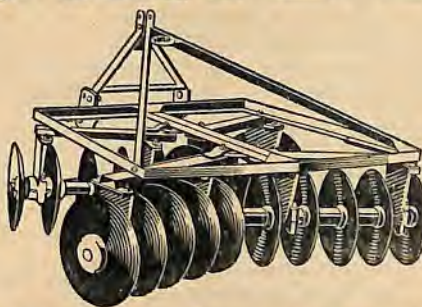
CARRÊTAS



ARADOS



GRADES



...e outros implementos agrícolas

PONTAL

PONTAL, MATERIAL RODANTE S/A.

Vendas pelos revendedores autorizados de
PONTAL MERCANTIL S. A.

à **PONTAL MERCANTIL S. A.**

Av. do Estado, 5783 - S. PAULO - C. Postal 8.333 - Fone 37-4195

Peço enviar-me grátis, folhetos do(s) artigo(s) assinalado(s) e de revendedores mais próximos.

Nome:

Rua: C. P.

Cidade: Estado:

☐ CARRÊTAS ☐ CARRINHOS ☐ RODAS
☐ RODEIROS ☐ TROLÊTE ☐ IMPLEMENTOS

Marque no quadrinho o artigo de seu interesse.

de verão;

g) promover a melhoria qualitativa da produção, introduzindo variedades de alto rendimento agrícola e comercial, zelando pela pureza e propagação das mesmas;

h) divulgar métodos de defesa sanitária vegetal e animal, a fim de proteger a lavoura e rebanhos contra o ataque de pragas e moléstias;

i) introduzir e divulgar processos adequados à conservação dos produtos agrícolas, de modo que as colheitas possam ser guardadas para melhores oportunidades comerciais;

j) sugerir a criação de indústrias rurais, quando delas dependem o desen-

volvimento da produção ou seu valor comercial;

l) promover reuniões para divulgação de métodos racionais de exploração agrícola e pecuária, levando à sua aceitação;

m) organizar exposições de produtos agropecuários para estímulo das atividades rurais;

n) sugerir, ainda, toda e qualquer medida de caráter prático ou técnico que, direta ou indiretamente, possa concorrer para o desenvolvimento econômico e social da colonização.

A Cooperativa de Colonização Agrícola Pindorama inicia suas atividades com 100 associados, e irá lotear 34.000 hectares (lotes de 25 a 30 hectares por família) para cultivar fumo, algodão, mandioca, abacaxi, coqueiros, maracujá, etc.

O apoio financeiro será da Cia. Progresso Rural, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico financiará a industrialização do abacaxi e do maracujá (suco).

E' assim, a Cooperativa em lide iniciativa que se empreende pela primeira vez no Brasil como experiência-piloto interada por colonos genuinamente nacionais, e com enormes probabilidades de êxito pelos elementos diretivos que possui e a experiência da Colônia Pindorama.

A LAVOURA

(ÓRGÃO DA SOCIEDADE NACIONAL
DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS
DO ESTADO DA GUANABARA)

Fundada em 1897

Eng. Agrônomo — LUIZ SIMÕES LOPES

Presidente da Sociedade

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Responsável e Redator-Secretário

Eng.º Agrônomo **ANTONIO DE ARRUDA**

CAMARA

Diretor

Eng.º Agrônomo **KURT REPSOLD**

Diretor Técnico

Eng.º Agrônomo **GERALDO GOULART**

DA SILVEIRA

Redator-Técnico

CARLOS ALBERTO SOARES

Chefe de Publicidade

Redação e Administração:

General Justo, 171

Telefone: 42-2981

Caixa Postal: 1245

Rio de Janeiro

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados

Representante em S. Paulo:

NEWTON FEITOZA

RUA BOA VISTA, 245, 3.º andar — Tel.:

93-1432 — End. Tel.: "LINEFE." C. P.: 7257

— SÃO PAULO —

LÁVRADOR

Se em teu município
não existe associação
agrícola, toma a iniciativa
e funda uma; pede
instruções à secretaria
da Sociedade Nacional
de Agricultura

Sociedade Nacional de Agricultura

PROPOSTA PARA SÓCIO

O abaixo assinado propõe para sócio

..... da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA:

Nome por extenso

Nacionalidade Profissão

Enderêço para cargo

Enderêço para correspondências

Nome ou nomes de fazendas que possui o Município ou Municípios em
que estiverem

Gênero de culturas a que se dedica

Variedade de gados que cria

É a propriedade registrada no Ministério da Agricultura

Em caso negativo, a Sociedade encarrega-se de promovê-lo, á pedido
do interessado.

OBSERVAÇÕES:

..... de de 19.....

Assinatura do proponente

Assinatura do proposto

CATÍTULO II

Dos Sócios

Art. 4.º — O quadro social é composto das seguintes categorias: titulares, efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos.

§ 1.º — São sócios titulares os que forem eleitos de acôrdo có m ò Art. 16 e seus parágarafs e seus úmero é limitdo a 40;

§ 2.º — São sócios **correspondentes** as pessoas ou associações com residência ou séde no estrangeiro, que forem escolhidas pela Diretoria;

§ 3.º — São sócios **honorários** as pessoas que prestarém à agricultura serviços tão relevantes que a Diretoria as julgue merecedoras dèssé título;

§ 4.º — São sócios **beneméritos** as pessoas que, por sua dedicação e serviços excepcionais à Sociedade, forem por propósta da Diretòria, aprovada pela Assembléia Geral, cnsideradas dignáss dessás investidurá;

§ 5.º — São sócios **efetivos** as pessoas naturais ou jurídicas que, sediadadas no país, forem propostas e aceitas pela Diretoria e se dividem nàs classes seguintes:

a) — **individuais** — as pessoas naturais, que pagárem no áto dá admissão a joia de Cr\$ 500,00 e a anuidade de Cr\$ 300,00;

b) — **coletivos** — as entidades ou organizações que pagarem a jóia de Cr\$ 1.000,00 e a anuidade de 500,00;

c) — **filiados** — as associações rurais ou de classe legalmente constituidas e registradas no órgão competente do Ministério da Agricultura, que contribuirem com a jóia de Cr\$ 5.000,00 e a anuidade bienalmente estabelecida pela Diretoria.

d) — **remidos** — os que estando em condições de serem aceitos como individuais e cletivos, pagrem, de uma só vez, a jóia e 15 anuidades.

Art. 5.º — Os coletivos e filiados deverão declarar o seu desejo de participarem do quadro social, ficando a aceitação dependente de resolução da Diretoria.

Parágrafo único. Os sócios efetivos deverão ser propóstò por um òu mais sóciós, à Diretoria, que deliberará a respeito.

Art. 6.º — Os sócios honorários e correspondentes não terão ingerência na direção da Sòciedade, mas gosarão de todos os demais direitos de sóciós.

Prágrafo único — Os sócios, em geral, não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 7.º — Póderão remir-se, em qualquer tempo, os sócios efetivos individuais e coletivos, podendo, para êsse fim, lhes ser contado um têrço das anuidades pagas, até o máximo de mil cruzeiros.

Art8.º — Aos sócios titulares, honorários e correspóndentes serão expedidos gratuitamente, os diplomas.

Uma Raça Holandesa de Ovinos

No Brasil são poucos os criadores de ovinos que conhecem, de vista, a raça holandesa "Texel".

Sem dúvida alguma, entretanto, esta raça merece a atenção dos pecuaristas que se dedicam à criação deste animal tão útil, que não somente produz lã, mas também uma carne muito procurada em vários países da Europa e um queijo especial, considerado pelos conhecedores como uma verdadeira iguaria.

Nos últimos tempos, especialmente, a possibilidade da exportação da carne de ovinos tem sido focalizada na imprensa especializada, em vários artigos de veterinários e zootécnicos brasileiros.

Quando se está disposto a explorar esta possibilidade, cresce o interesse por raças de dupla finalidade, ou seja, raças que produzam tanto lã de boa qualidade como carne em quantidades apreciáveis e em períodos relativamente curtos. É nessa hora, que já parece estar bem próxima, que a mencionada raça holandesa merece entrar em cena na pecuária do Brasil, principalmente por já ter provado as suas excelentes qualidades em vários países, muitos dos quais apresentam condições climatológicas idênticas às brasileiras. Basta citar a Indonésia, o México e a África do Sul. Sua capacidade de adaptação as mais diversas condições já é mundialmente conhecidas. Assim, a exportação holandesa de reprodutores aumenta de ano em ano, graças ao Escritório Central para a Criação de Ovinos, organização especializada que se esforça por estabelecer, também neste terreno, o renome da Holanda como país criador também de ovinos, mantendo registros genealógicos. É esta organização que reúne todos os verdadeiros criadores e garante a qualidade dos

animais a serem exportados. Está para os ovinos na mesma situação de destaque que os conhecidos F. R. S. e N. R. S. para o gado leiteiro.

Vejamos agora quais as qualidades desta raça "Texel". Os seus velos têm um peso médio de quase 6 kg para os machos e quase 5 kg para as fêmeas, com um rendimento médio de 60%. A lã é muito forte, tendo, na maioria, um comprimento médio de mais de 16 cm, sendo, conseqüentemente, muito procurada pelas indústrias de lanifícios. A classificação dos velos, segundo o sistema inglês, varia entre 50-S e 52-S.

O peso de fêmeas de um ano e meio de idade pode

atingir 100 kg e o de fêmeas de dois anos, 125 kg.

O rendimento de abate, isto é, o peso do que resta depois da remoção do velo, da cabeça, das pernas e dos intestinos, é de 55 até 60%. A qualidade da carne é muito boa.

A produção de leite desta raça é considerável: 400 litros por ano, com 4,5% de gordura, o que representa mais do que a quantidade necessária para os cordeiros, dando, portanto, oportunidade para a fabricação de queijo.

Uma das grandes vantagens é a precocidade apresentada por esta raça. Machos com um peso de nascimento de 5 kg, acabam pesando 63 kg depois de 7 meses. Para as fêmeas estes pesos são, respectivamente,

Snsr. Prefeitos

Tornem suas cidades mais belas e mais atraentes, servindo-se do nosso grande estoque de plantas ornamentais para os mais variados fins
Há cerca de mais de MEIO SÉCULO nossa firma

Vem fornecendo BOAS MUDAS de plantas frutíferas e ornamentais

CONSULTAS SEM COMPROMISSO

CATÁLOGOS E FOLHETOS GRATIS

Dierberger Agrícola Ltda.

Fazenda Citra — Caixa Postal 48

LIMEIRA — Estado de São Paulo

Para maior comodidade dos srs. interessados, atendemos também nos seguintes locais: **PÔSTO DE VENDAS N.º 1** — situado no Km. 149 da Via Anhangüera, nas proximidades de Limeira e no **PÔSTO DE VENDAS N.º 2**, próximo à lagoa do Taquaral, no local onde inicia a estrada para Mogi-Mirim, em Campinas

4,5 e 57 kg.

É também notável a fertilidade. Nascem, em média, 1,88 cordeiros por fêmea. O nascimento de gêmeos pode ser, praticamente, considerado uma regra, o que contribui muito para tornar a criação lucrativa. Dêstes 1,88 cordeiros, uma média de 1,62 alcança a idade adulta.

Na Holanda, os ovinos "Texel", inclusive os cordeiros, ficam nas pastagens durante o ano inteiro. A maioria dos cordeiros nasce no início da primavera, quando o clima ainda é bastante frio. Não obstante isso, a mortalidade é bem reduzida, o que prova a robustez desta raça, que, além disso, é pouco exigente quanto à alimentação.

A raça é originária da ilha de Texel, onde são criados ovinos desde os tempos dos romanos. Hoje em dia, entretanto, pode ser encontrada também em todas as outras províncias da Holanda.

Os Serviços de Registros Genealógicos são bem organizados e muito exigentes quanto à qualidade e ao peso dos velos, à produção econômica de carne, à aparência exterior e à ascendência. Somente animais de ascendência conhecida podem ser inscritos.

Os criadores são obrigados a submeter, anualmente, os seus carneiros registrados a um controle do peso dos velos. Os carneiros registrados que transmitem, de maneira satisfatória, as suas qualidades à sua descendência, podem ser declarados "dignos de prêmio" ou "preferentes". Esta última é a distinção mais alta. Finalmente, todos os aspectos desta criação são continuamente verificados pelos, assim chamados, "conselheiros de criação de gado", especialistas em pecuária do Ministério de Agricultura da Holanda, que visitam os criadores e atuam como árbitros no registro genealógico e nas exposições.

Há, na Holanda, mais de meio milhão de ovinos dos quais cerca da metade é composta de cordeiros.

Palestra de D. Newton sobre a semana da árvore

BRASÍLIA — Considerações oportunas sobre a defesa das nossas matas e a necessidade do aumento de parques e reservas florestais foram feitas pelo Arcebispo Metropolitano, Dom José Newton de Almeida Batista, na conferência que, por ocasião das celebrações da Semana da Arvore, proferiu através da TV-Nacional, de Brasília.

O alto dignitário eclesástico, em certo ponto da palestra, pôs em relevo a importância dos serviços de reflorestamento bem como as práticas de arborização que vêm sendo executadas nesta capital, num esforço bem esquematizado pelo Ministério da Agricultura, em articulação com a Novacap, para dotá-la dos imprescindíveis "pulmões verdes" tão necessários à população, notadamente a infantil. D. José Newton, que é um entusiasta da vida dos campos, e que tem dado integral apoio às iniciativas relacionadas com a elevação do nível de vida do homem rural, concluiu chamando a atenção dos parlamentares para a necessidade de serem concedidas maiores verbas aos diversos órgãos do Ministério da Agricultura, para a que essa importante Secretaria de Estado se torne melhor

aparelhada a cumprir as relevantes atribuições que lhe cabem.

VISITA À EXPOSIÇÃO

Dom Newton, no dia seguinte, visitou a 13.^a Exposição Florestal, instalada no saguão do Edifício do Ministério da Agricultura. Recebido pelo subdiretor do Serviço Florestal, engenheiro-agrônomo César Sampaio, e pela presidente da Campanha Florestal, sra. Astréia Waldeck Pedroso, o Arcebispo Metropolitano percorreu demoradamente os numerosos "stands" e teve palavras de elogio pelo que pôde observar. Após qualificar de pioneiro e abnegado o trabalho dos funcionários destacados pelo Serviço Florestal para Brasília, a alta autoridade eclesiástica pôs em destaque a atuação do diretor do S.F., engenheiro-agrônomo Manuel Carneiro.

●●●●●●●●●●
A LAVOURA
a mais antiga revista
agrícola em circulação
no Brasil
●●●●●●●●●●

A produção de lã é de 1.200 a 1.300 toneladas por ano; quase 80% é de primeira qualidade.

A exportação de carne de ovinos varia entre 4.500 a 5.000 toneladas por ano, com tendências para aumentar.

Contribuição para o Histórico da Zoologia Aplicada no Brasil

F. Murtinho Braga

Já houve quem dissesse: "quem quizer escrever a história da agricultura no Brasil terá de deixar um lugar de grande destaque para a Sociedade Nacional de Agricultura". E' pura verdade, pois fundada há mais de sessenta anos, a Sociedade Nacional de Agricultura, sempre esteve à frente das mais importantes empreendimentos agrícolas do país.

Todos sabem que logo após a fundação da República foi extinto o Ministério da Agricultura e então "coube à Sociedade preencher-lhe as atribuições contribuir poderosamente para o seu restabelecimento". Assim a Sociedade viu coroadas seus esforços com a criação em 1906 do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, consoante as idéias lançadas no 1º Congresso de Agricultura realizado em 1901.

No decreto 1606 de 29 de Dezembro de 1906 que criou a Secretaria do Estado com a denominação de Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio se declara que o Ministério terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino agrícola, as estações agrônômicas, mecânica agrícola, campo de experimentação e institutos de **Biologia Agrícola**.

Pouco mais tarde ao

realizar-se a Exposição nacional em 1908 a Sociedade Nacional de Agricultura apresentou o catálogo referente a secção de **Zoologia agrícola** e coleções de animais úteis e nocivos à Lavoura. Este catálogo que supomos ter sido pela primeira vez exibido com seu verdadeiro caráter, que consiste na reunião e estudo dos animais nocivos à lavoura e dos que

lhe são úteis, compreendendo as diversas classes e ordens zoológicas".

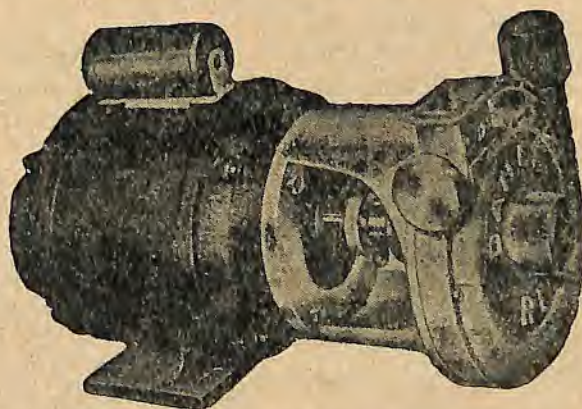
O Catálogo em apreço referia-se as coleções apresentadas constantes de: —

Lepidopteros
(Borboletas)
Coleopteros
(Cascudas)
Certapteros
Baratas)
(Grilos)
(Gafanhotos)
(Louva-Deus, etc.)
Hemipteros
(Percevejos do Mato)
Himenopteras
(Abelha)
(Marimbondos)
(Formigas)
Aves

BOMBAS HIDRAULICAS

DANCOR

INDÚSTRIA BRASILEIRA



CENTRIFUGAS

- Com motores elétricos monofásicos de 1/4 a 1 H.P. trifásicos de 0,75 a 5 H.P.
- Com motores a gasolina auto-aspirante de 1. 1/4 H.P. altapressão de 1. 1/2 a 5. 1/2 H.P.

A VENDA NAS BOAS CASAS

Fabricadas e garantidas pela

DANCOR S. A. INDÚSTRIA MECÂNICA

Caixa Postal, 5.090 — End. Teleg. "Dancor" — Rio de Janeiro

(Úteis)
(Nocivas)
Mamíferos
(Úteis)
(Nocivos)
Répteis
(Úteis)

Esta primeira coleção de animais úteis e nocivos apresentada ao público foi organizada pelo Professor Benedito Raymundo da Silva.

Além da coleção acima mencionada, foram também relacionadas no catálogo de Zoologia Agrícola as "Substâncias empregadas para a destruição dos animais nocivos em número de 41, bem como indicadas as "Fórmulas usadas para a destruição dos animais nocivos". Com semelhante apresentação é claro que a Sociedade Nacional de Agricultura obteve o grande Prêmio atribuído ao vencedor.

Além desse grande serviço que a Sociedade Nacional de Agricultura prestou a ciência Zoológica aplicada é justo mencionar nesta Reunião os trabalhos que deram início a criação da seção de Entomologia agrícola no Museu Nacional, base de toda a formidável organização existente no país.

Em 1960 verificou-se a invasão dos gafanhotos no território brasileiro causando danos à lavoura desde o Rio Grande do Sul até São Paulo, Minas Gerais, Rio e na então Capital Federal. Imediatamente a Sociedade Nacional de

já que não havia Ministério de Agricultura, "e promove os meios de debelar a praga, ora publicando instruções para a sua destruição, realizando conferências, ora conseguindo verba oficial para o seu combate de que afinal foi encarregada, tendo absoluto êxito". Aproveitando a oportunidade do triste acontecimento, justifica e pede a criação, em caráter permanente de um serviço de Defesa Agrícola.

Acontece porém que a instalação do Ministério da Agricultura só se realizou no ano de 1909, muito embora ele já tivesse sido criado em 1960. Portanto as medidas sugeridas pela Sociedade Nacional de Agricultura, só tiveram efeito a partir daquele ano, quando o Congresso Nacional fixou a despesa geral para o ano de 1910. Rezava a alínea III do artigo 29.º da lei 2.221 de 30 de Dezembro de 1909:

"Defesa Agrícola, combate de epizootias e polícia sanitária dos animais:

Para o serviço de extinção de Gafanhotos e outros animais parasitas nocivos à agricultura e a indústria animal, combate de epizootias e início do serviço de polícia sanitária dos animais, 300.000\$000, sendo 40.000\$000 subvenções à Sociedade Nacional de Agricultura, devendo aplicar 20.000\$000 para desenvolver seus trabalhos de propaganda seu museu agrícola e florestal, o estudo das plantas úteis e Zoologia agrícola do país

e 20.000\$000 para desenvolver no Horto Frutícola da Penha seus campos de experiência e o ensino da Agricultura prática, "etc. etc."

Depois desta Lei, foi redigido o decreto n.º 7.816 de 13 de janeiro de 1910, criando ou melhor transformando o Serviço de Inspeção Agrícola, criado em 1909, em Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícola, onde se encontram vários artigos referentes ao assunto. Ainda em 1910 é feita uma reorganização do Museu Nacional, que pelo decreto n.º 7.862, de 9 de Fevereiro, ficou constituído por 4 seções:

- 1.ª Zoologia
- 2.ª Botânica
- 3.ª Mineralogia, geologia e paleontologia
- 4.ª Antropologia, etnografia e arqueologia

Além dessas seções o Museu teria os seguintes Laboratórios:

- a. Química vegetal
- b. Entomologia agrícola
- c. Fitopatologia

Pelo artigo 1.º o Museu Nacional tem por fim estudar e divulgar a História Natural, especialmente a do Brasil etc. etc. e o Laboratório de Entomologia: — estudar os insetos indígenas e exóticos, nocivos e úteis à Agricultura e as industriais rurais:

— estudar e distribuir dados, por intermédio do Diretor do Museu, relativamente aos insetos nocivos as colheitas, as frutas, árvores e produtos armazenados, indicando os

processos mais práticos;

— estudar as moléstias das plantas, quando determinadas por parasitas animais, indicando os processos mais práticos;

— manter no Museu, em exposição coleções de Entomologia devidamente organizadas;

— atender a requisição que lhe forem feitas, por intermédio do Diretor do Museu, quer pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, quer diretamente pelo Diretor do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola do mesmo Ministério", aliás a que pertencia o Museu Nacional.

Eis aí porque todos os trabalhos científicos sobre Entomologia agrícola ficaram a cargo do Museu Nacional, quando em 1920, a maior de todas as providências oficiais sobre Defesa Agrícola foi consubstanciada na criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola pelo decreto n.º 14.536 de 15 de Setembro.

A lei muito sábia declarava que os chefes e assistentes do então Laboratório de Entomologia geral e aplicada (1916), passariam a ocupar os mesmos cargos no novel Instituto.

A reforma de 9 de Fevereiro de 1910 que criou no Museu Nacional o Laboratório foi inteiramente organizada por Sérgio de Carvalho, que exercia na ocasião grande influência sobre o Ministro da Agricultura e sendo engenheiro agrônomo formado na Imperial Escola da Bahia, conhecia perfeitamente as necessidades de tais estu-

UMA FÓRMULA PARA CADA CULTURA - SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE
CADAL
 CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS
 Agentes exclusivo do Salitre do Chile para os Estados da Guanabara, do Rio e Espírito Santo
 Rua México, 111 — 12.º andar (Sede própria)
 Caixa Postal, 875 — Telefone: 31-1850-rêde interna

dos para o melhor desenvolvimento da agricultura brasileira. Realmente não podia o ilustre baiano ter escolhido repartição mais certa para esse fim, da qual também fazem parte. Era na ocasião diretor do Museu o Dr. João Baptista de Lacerda, e foi escolhido para dirigir o Laboratório de Entomologia o Dr. Carlos Moreira que de há muito (1888) labutava na Secção de Zoologia do Museu, e já havia escrito

e publicado um trabalho sobre Crustáceos. Carlos Moreira prestou tão assinalados serviços à Entomologia agrícola brasileira que quando da criação do Instituto Biológico da Defesa Agrícola (1920) foi nomeado chefe da Secção de Entomologia e Diretor em Comissão do Instituto, onde permaneceu até 1934.

Creio de inteira justiça assinalar o entomologista Dário Mendes, que colaborou com Carlos Moreira no

Aumentar a Produção elevando a Produtividade

Museu e que foi também transferido para o Instituto Biológico vindo mais tarde a ser um dos nossos mais notáveis sistematas, dirigindo a Secção de Entomologia Agrícola no Instituto de Ecologia do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. A Dário Mendes, hoje aposentado, se deve a existência da belíssima e valiosa coleção de insetos, que se encontra no C.N.E.P.A. coleção que ajudou a criar no Museu e acompanhou em todas as mudanças administrativas que sofreu o material do Laboratório de Entomologia agrícola.

O Laboratório de Entomologia teve ainda como ajudante o Sr. Luiz Azevedo Marques que publicou vários e excelentes trabalhos sobre a especialidade e também fez parte do corpo técnico do Instituto Biológico de Defesa Agrícola. Também é justo salientar que trabalhou durante algum tempo, adido do Laboratório de Entomologia Agrícola o Prof. Sr. Costa Lima, cujos admiráveis trabalhos de Entomologia o colocam entre os mais notáveis do mundo contemporâneo.

Eis aí, pois, como teve início no Brasil a Secção de Entomologia agrícola, como unidade autônoma da Zoologia aplicada, salvo melhor apreciação por outros ilustres colegas presentes a esta Reunião.

Uma das diferenças essenciais entre a agricultura rotineira e atrasada e a agricultura racional, moderna, consiste na maneira como se verificam os aumentos da produção global.

Na primeira, cujos métodos de exploração da terra se limitam ao fogo, à enxada, à ausência da adubação, ao plantio morro abaixo, ao uso de sementes não selecionadas e não tratadas e à ausência de defesa das plantas contra as doenças e pragas, só há uma forma de se aumentar a produção: é pelo aumento da área cultivada.

Na segunda, isto é, no tipo de agricultura mais moderna, racional, o aumento da produção global não se verifica somente pelo aumento da área cultivada. Ela se processa em primeiro lugar através do aumento da produtividade, ou seja, através da elevação do rendimento cultural por unidade de área, por hectare.

O agricultor que avança, não tem na sua mente a idéia preponderante de plantar mais pedaço de terra. Ele pensa antes de tudo em como arrancar maior quantidade de produtos da área que já cultivada.

Para isso, ao invés de queimar a matéria orgânica que o solo contém, ele incorpora maiores quantidades desse elemento, através do estêrco de curral, do "composto", da

adubação verde etc. Ele protege o seu solo contra os efeitos da erosão: seleciona suas sementes ou adquire sementes de boa qualidade; combate as pragas e doenças: não deixa que o mato tome conta de sua cultura e, finalmente, faz uma colheita cuidadosa.

E' verdade que, para isso, realiza maior soma de despesas que o outro que não faz nada disso. Em compensação, porém, obtém rendimentos muito maiores por hectare. Quando essas despesas são divididas pelo número de sacos ou quilos produzidos, verifica-se que o produto saiu bem mais barato para aquele que adotou processos e normas racionais.

Além disso, ele passa a conhecer mais ou menos as diferenças reais existentes entre os vários tipos de solo que existem em sua cultura para novas áreas, já prevê os cuidados que deve ter, a fim de obter rendimentos também altos.

Isto não acontece com o atrasado. Embora tenha a idéia das diferenças entre os solos, planta assim mesmo. Do mesmo jeito que faz para um solo, faz para outro. Em resultado, diminui ainda mais a produtividade, isto é, a produção por hectare. Não obstante aumente a produção, esta se torna cada vez mais cara, menos compensadora.

Area de Ação

Fábio Luz Filho

A lei brasileira reflete bem o espírito da doutrina quando determina que as áreas de ação das cooperativas sejam determinadas e se condicionem às possibilidades de reunião, controle e cooperações, abertas exceções para as cooperativas que, pelas suas condições peculiares, tenham associados com domicílio residência em pontos distantes e sejam inamovíveis, como nas ferroviárias e assemelhadas, casos em que será necessária a procuração, ou a delegação pela extensão dessa área além de limites normais, e vulto do quadro associativo, tornando quase impossível o comparecimento do associado a reuniões, etc. A contribuição pessoal, a vigilância, o contacto contínuo entre associados são necessários para que bem se conheçam, facilitam o critério da composição dos órgãos, administrativos etc. Todas as condições de ordem democrática, que o mútuo conhecimento e o mútuo entendimento envolvem, em áreas de ação extensas, desaparecem. Além disso, há aspectos técnicos de produção comercializável que considerar. Só excepcionalmente, em casos de culturas típicas brasileiras, como o café, o cacau, a cana, etc. ou na indústria pastoril, dadas nossas condições de mesolo-

gia, tem sido admitidas áreas além de determinado limite.

O Serviço de Economia Rural, em numerosas consultas a que respondeu, fez sempre sentir que é de conhecimento elementar, focalizando-se o critério a se adotar nas áreas de ação das cooperativas, a conveniência de serem as mesmas constituídas em circunscrições onde todos se conheçam; em que o intercâmbio do espírito se possibilite com facilidade, pelo encontro quotidiano;

em que, finalmente, tudo contribua para uma pronta orientação sobre a marcha dos negócios das próprias cooperativas. As áreas demasiadamente grandes são sempre, em princípio, contra-indicadas.

Os bancos Luzzatti têm área extensiva a zonas economicamente tributárias, o que pode ser aplicado a outras modalidades, dadas as condições do Brasil. As centrais e federações podem ter áreas de ação estatais e até interestaduais.

Na verdade o decreto-lei 581 e o 24.647 estabeleceram o critério das possibilidades de reunião, controle e operações, mas isso não implica, como pensa muita gente, na concessão sistemática de áreas de

VERMES ? OPILAÇÃO ?

PANVERMINA

GLOBULOS DE GELATINA (já purgativos)

Golpe certo

CONTRA TODOS os VERMES

LABORATORIO PANVERMINA

RUA SAMPAIO FERRAZ, 38-RIO

ação sem limites... A natureza da cooperativa e sua função econômica delimitarão essa área.

A intenção clara do legislador foi apenas estabelecer restrições ao critério geográfico, pelo art. 11 da lei 581, que reproduziu a lei 24.647, que essa medida consignou por sugestão de **Saturnino Brito**, dada justamente a elasticidade da lei 22.239 nesse ponto. Procurou-se, mui sensatamente, substituir o critério geográfico, num país onde Estados cabem dentro de municípios de outros Estados, de populações rarefeitas, etc., pelo critério econômico, que é o critério argentino. O critério econômico é o mais racional e é o que as cooperativas no Sul, principalmente vitivinícolas e caixas rurais, procuram inteligentemente. Objetivou-se também atender a questão do domicílio profissional nas ferroviárias, bancárias e outras assemelhadas, para as quais também foi criada a representação de 30, visando-se ao mesmo tempo coibir os abusos das áreas de ação testiculares, sem motivos justos e plausíveis, a não ser o desejo de monopólio e absorção, áreas de ação vastíssimas que seriam a falência do crédito agrícola dentre outras coisas.

Realmente, no Brasil, municípios e zonas limítrofes já constituem áreas de ação bem dilatadas, desde que **determinadas**.

A intenção nítida do legislador foi outorgar a área do Estado às **centrais e federações**, o que não impedirá, no entanto, o critério econômico, poden-

do elas dilatar suas áreas por zonas tributárias economicamente, limítrofes, **determinadas**, não sendo inconveniente que as federações e, talvez mesmo as centrais, possam ser regionais, intermunicipais, inter-regionais ou interestaduais, mas em termos. Pelo menos o elemento histórico é concludente a esse respeito, pois já se concedeu até aos bancos Luzzatti o direito de zonas municipais economicamente tributárias. Na Argentina (a lei é omissa) cooperativas há que abarcam várias províncias; mas os estatutos oficiais do Ministério da Agricultura preconizam a província, não obstante a extensão territorial argentina.

Eis o elemento histórico que nos oferece o decreto-lei, revogado, n. 5.893, de 19 de outubro de 1943:

"Art. 9º — As cooperativas terão sua área de ação — âmbito territorial das operações com os associados — limitada a uma pequena circunscrição rural ou urbana, a um distrito, município, grupo de municípios dentro do Estado, de modo a garantir sempre aos associados as reuniões e a fiscalização das operações.

§ 1.º — A área de ação da cooperativa poderá abranger também municípios de mais de um Estado, desde que se compoñha de unidades contíguas e de interesses econômicos comuns.

§ 2.º — Sempre que a área de ação abranger mais de um Estado, a cooperativa será fiscalizada pelo órgão competente da-

quele em que a sociedade tiver sua sede.

§ 3.º — A área de ação das cooperativas constituídas por corpos discentes poderá ser limitada ao edifício escolar, bairro, cidade ou zona distrital, urbana ou rural conforme as conveniências locais.

§ 4.º — As cooperativas centrais e as federações terão área de ação limitada ao território de um Estado, e, excepcionalmente, de uma região; e as confederações, ao território nacional.

§ 5.º — Ao S.E.R. competirá a concessão das áreas de ação excepcionais, bem como alterar as já estabelecidas, transformando, fundindo ou dissolvendo as cooperativas, para reajustá-las ao disposto neste artigo ou evitar indevida concorrência".

Cito este decreto para se poder penetrar na intenção do legislador e frear os abusos que estão surgindo, sobretudo em relação às **Centrais** e cooperativas primárias centralizadas e ingentemente centralizadoras.

Distritos ou municípios devem ser as áreas normais, com exceções cabíveis em face das condições de nosso meio rural, com suas culturas típicas, atividades extrativas, criações extensivas de gado, rarefação de população, grandes distâncias, transportes, etc. As de consumo devem considerar a localização acessível, as possibilidades de entrega em domicílio, etc., dentro de um critério de rendimento, de redução de despesas gerais, etc.

Já se frisou, e o vem de-

monstrando a experiência brasileira, que a extensão da região que a Cooperativa deve servir, varia de acôrdo com a natureza da cooperativa e o trabalho que se propõe realizar em benefício de seus associados, por uma prestação módica e eficiente de serviços.

Nas cooperativas de crédito de responsabilidade ilimitada é imperativo de prudência e de sobrevivência que as áreas de ação sejam restritas, para o conhecimento pessoal como base do crédito, que é confiança. De uma maneira geral, o mesmo critério deve aplicar-se às demais cooperativas de crédito. A densidade da população e os meios de comunicações são outros tantos fatores que considerar.

"O fator determinante nos demais tipos será a região da qual provém o produto que a Cooperativa irá colocar", ou industrializar. Sendo vasta a região (um ou mais municípios ou regiões geo-econômicas, regiões economicamente tributárias, etc.), há o recurso dos postos coletores, como já o fazem as vitivinícolas do Sul do Brasil, as de erva-mate e as de laticínios, dentre outras, e como o poderão fazer as de fumo, e outras, no Norte.

Outro critério será localizar a cooperativa onde o produto possa ou seja habitualmente submetido a qualquer operação anterior à venda, ou fôr centro de convergência econômica.

Warbasse acentua que nunca, como agora, a gente apreciou tanto a demo-

cracia. O totalitarismo político, diz êle, e o estadismo chegam ao apogeu, e diante de suas lições as pessoas reflexivas se voltam, com sinceridade e compreensão, para a democracia. E é requisito essencial da democracia precisamente que a gente que atua em comum se conheça. Isto envolve contactos de vizinhança e relações pessoais. A cidade não fomenta essas relações. "O vizinho é alguma coisa mui típica característica da pequena comunidade. As únicas pessoas que podem atuar democraticamente são aquelas que assistem, juntas, a uma reunião tão reduzida que cada qual possa expressar livremente sua opinião e

seja conhecido de todos os que o escutam. As pequenas agrupações sociais quando crescem além de certos limites, devem dividir-se em seções, ou distritos, para que o requisito essencial do funcionamento democrático subsiste e perdure."

Rozier disse que os interesses dos associados devem situar-se na zona de atividade da cooperativa e não em outra parte.

A área de ação das cooperativas deve ser, pois, "circunscrita às possibilidades de reunião, controle e operação". Foi esta, uma fórmula feliz sugerida pelo saudoso cooperativista brasileiro José Saturnino

BOMBAS "KERBER"

CENTRÍFUGAS E HELICOIDAIS

Para irrigação por inundação em culturas de arroz, cana, etc.

Descarga desde 30 litros por segundo até 3.000 litros por segundo

Válvulas de pé de 150 a 500 milímetros
REGISTRO PARA AÇUDES

" K E R B E R "

De 125 até 500 milímetros de diâmetro

Sede CIRCULAR e QUADRADA

Em ferro ou em bronze

ESCOLHA SEU TIPO E NOS CONSULTE

GEOVIA S. A.

RIO DE JANEIRO

R. Visconde de Inhamã, 134 - 19.º - Tel. 23-2080

SÃO PAULO

Rua Xavier de Toledo, 316, 8.º - Tel. 35-0960

BELO HORIZONTE

Rua Tamoios, 924 - Tel. 2-8248

(Cont. na pág. 56)

Sociedade Nacional de Agricultura

"Escola de Horticultura Wenceslão Bello"

Relatório referente às atividades de ensino em 1959 e no primeiro semestre de 1960

Eng. Agr. Geraldo Goulart
da Silveira — Diretor

I — Generalidades

Foram auspiciosos e do mais elevado alcance, as atividades referentes ao ensino, desenvolvidas na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em 1959 e no primeiro semestre de 1960.

Mantida na Penha, Estado da Guanabara, pela Sociedade Nacional de Agricultura, contou o tradicional estabelecimento profissional de ensino agrícola com a colaboração, através de acordos, com o Serviço Social Rural, por intermédio do Conselho Regional do Estado da Guanabara (Resolução n. 155CN); com o ETA (Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, através do Projeto 38; e com a CBAR (Comissão Brasileira Educativa das Populações Rurais), através do Projeto P.23.

Com a soma de esforços e de recursos proporcionados pelo regime de trabalho em colaboração, vem o referido estabelecimento realizando um eficiente programa no setor do ensino agrícola.

Foram os seguintes os cursos ministrados na Escola, durante o referido período:

1 — Cursos Profissionais, abrangendo os cursos



Um ângulo dos fundos do pavilhão principal da Escola de Horticultura Wenceslão Bello, mantida há mais de 60 anos na Penha, pela Sociedade Nacional de Agricultura.

de Hortelão, de Fruticultor e de Floricultor, funcionando sob regime de internato e com a duração de dois anos. Tais cursos, inteiramente gratuitos, se destinam a dar qualificação profissional, nos três ramos citados, a filhos de lavradores que tenham curso primário completo e idade mínima de 15 anos, assegurando assim ensino profissional agrícola àqueles que não possuam conhecimentos além dos pro-

porcionads pelo curso primário.

2 — Curso Prévio, funcionando sob regime de internato inteiramente gratuito, com a duração de quatro meses e destinado a consolidar os conhecimentos de nível primário dos alunos candidatos à matrícula no 1.º ano dos cursos profissionais. Visa o Curso Prévio preencher as conhecidas lacunas de nosso ensino primário rural.



**Mãos que espalham
SALITRE DO CHILE
não ficam vazias...**

É MAIS LUCRATIVO MULTIPLICAR A PRODUÇÃO DE 1 ALQUEIRE COM BOM ADUBO, QUE PLANTAR TRATAR E COLHER 3 ALQUEIRES-POIS SÓ A ECONOMIA DE BRAÇOS COMPENSA FARTAMENTE O SALITRE DO CHILE É UM ADUBO NATURAL QUE REFORÇA A PRODUTIVIDADE DO SOLO EXPERIMENTE-O!

SOLICITE FOLHETOS E INFORMAÇÕES, GRATUITAMENTE.



CADAL CIA. INDUSTRIAL DE SABÃO E ADUBOS

AGENTES EXCLUSIVOS DO SALITRE DO CHILE

PARA OS ESTADOS DA GUANABARA, DO RIO E ESPIRITO SANTO

RUA MÉXICO, 111 - 12.º AND. (SEDE PRÓPRIA)

CAIXA POSTAL 875

— —

TEL 31-1850 - rede interna

3 — Cursos Práticos Agrícolas, funcionando sob regime de externato gratuito, com aulas aos sábados e domingos, com a duração de 24 aulas e versando sobre os mais diversos assuntos de interesse agrícola. Tais cursos são eminentemente práticos e objetivos, acessíveis a todos, independentemente de idade, nível cultural, profissão, sexo, etc.

4 — Cursos Avulsos, também sob regime de externato gratuito, acessíveis a todos interessados em adquirir conhecimentos sobre os mais variados assuntos de interesse agropecuário. Em tais cursos, com a duração de 36 aulas, podem matricular-se candidatos de ambos os sexos, independentemente de idade, de profissão e de nível cultural.

5 — Cursos Especiais, como o **Curso de Auxiliares de Comunidade Rurais**, destinado ao aperfeiçoamento de alunos concluintes dos Cursos Profissionais da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", para que os mesmos possam atuar com eficiência no meio rural do Estado da Guanabara, nos diversos trabalhos do Conselho Regional do Serviço Social Rural.

Para que se tenha uma idéia do quanto vem realizando a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", da Sociedade Nacional de Agricultura, transcrevemos adiante, dados referentes à cada um dos cursos acima citados, durante o ano de 1959 e durante o primeiro semestre de 1960.

II — Cursos Profissionais.

Foi o seguinte o movimento de matrículas nos Cursos Profissionais, atingindo um total de **oitenta e sete (87)** alunos internos, provenientes da zona ru-

ral dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Estado do Rio de Janeiro, Guanabara, Rio Grande do Sul Santa Catarina e Piauí, e distribuídos nos dois anos em que se distribuem os cursos:

Cursos Profissionais	N.º de matrículas		Total de matrículas em 1959/1960
	em 1959	em 1960	
1.º ano	28	30	58
2.º ano	15	14	29
TOTAL	43	44	87

Todos os alunos matriculados nos cursos Profissionais são do sexo masculino, têm idades compreendidas entre 15 e 21 anos, são procedentes da zona rural (geralmente encaminhados através de Associações Rurais) e selecionados através do Curso Prévio ou de um exame de seleção.

III — Cursos Práticos Agrícolas.

Foram ministrados no período de 19,9 até o fim do primeiro semestre de 1960, **sessenta e três (63) Cursos Práticos Agrícolas**, totalizando **mil e setenta e cinco (1075) matrículas**, das quais **noventa e quatro (944)** do sexo masculino e **oitenta e uma (81)** do sexo feminino, conforme demonstração abaixo:

A N O S	Número de matriculados nos Cursos Práticos Agrícolas		
	Masculinos	Femininos	Total
1960 (1.º semestre)	483	48	531
1959	511	48	531
TOTAL	994	81	1075

De acordo com as idades, foi a seguinte a distribuição dos 1075 alunos ma-

triculados nos 63 Cursos Práticos Agrícolas ministrados na Escola:

Cursos Práticos Agrícolas Idade dos alunos matriculados nos	(1.º semestre) N.º de alunos matriculados		
	1959	1960	Total
Entre 10 e 20 anos	273	217	490
Entre 20 e 30 anos	94	143	237
Entre 30 e 40 anos	96	66	162
Entre 40 e 50 anos	56	75	131
Com mais de 50 anos	25	30	55
TOTAL	544	531	1075

Para que se tenha uma idéia dos variados assuntos de interesse agrícola focalizados através desses cursos, transcrevemos a

seguir a relação dos cursos realizados no referido período, indicando número de repetições:

HIDROLABORATÓ- RIO PARA ESTUDOS SÔBRE EROSAO.

Estocolmo (SIP) —
Um hidrolaboratório
entrou recentemente
em atividade no Insti-
tuto Geográfico da U-
niversidade de Upsala.
Afirmam tratar-se de
um dos poucos de sua
classe existentes na
Europa, e será usado
principalmente para
investigações básicas
relativas aos proble-
mas de erosão e sedi-
mentação.

O laboratório com-
preende uma platafor-
ma na qual se cons-
truiu um modelo, e um
canal de vidro, de 15
metros, através do
qual se bombeia a água
num sistema fechado.
O canal pode ser usa-
do também para pro-
vas de erosão com ven-
to. Assim mesmo exis-
tem duas salas apro-
priadas para estudos
da erosão causada pe-
la geada e pelo frio,
onde a temperatura
pode manter-se a 30°
centígrados.

A LAVOURA

a mais antiga revista
agrícola em circula-
ção no Brasil.

CURSOS PRATICOS AGRICOLAS

N.º de vezes
1959 — 1960
(1.º semestre)

Contabilidade Agrícola	5
Multiplicação Vegetal	4
Hortas Domésticas	4
Solos e Adubação	4
Cooperativismo Rural	4
Reflorestamento	3
Defesa Sanitária Vegetal	2
Enxertia	2
Botânica Agrícola	2
Máquinas de Defesa Sanitária Vegetal	2
Combate a Ervas Daninhas	2
Cultura de Raízes e Tubérculos Hortícolas	2
Restauração de Pomares	2
Floricultura	2
Cálculos e Medidas Agrárias	2
Cultura de Hortaliças Folíáceas	2
Zoologia Agrícola	2
Doenças e Pragas de Hortas e Pomares	2
Preparação de Inseticidas e Fungicidas	2
Administração de Propriedades Rurais	2
Silvicultura	1
Entomologia Agrícola	1
Citricultura	1
Alimentação de Pequenos Animais Domésticos	1
Organização de Pomares	1
Organização de Sementeiras e Viveiros	1
Conservação do Solo	1
Instalações Rurais	1
Criação de Porcos	1
Cultura de Solanáceas Hortícolas	1
Defesa de Recursos Naturais	1

TOTAL 63

Conforme se verifica, fo-
ram realizados **trinta e um**
(31) cursos diferentes,
com um máximo de **cinco**
repetições.

Os dados adiante trans-
critos dão uma boa idéia
do interesse despertado
pelos Cursos Práticos

Agrícolas no sentido de en-
caminhar para as lides
agrícolas pessoas de outras
profissões, pois indicam a
distribuição dos alunos
matriculados, de acôrdo
com as respectivas profis-
sões:

PROFISSÕES

Nº de alunos
matriculados

Estudantes	552
Militares	76
Funcionários Públicos	53
Bancários	33
Comerciários	33
Desenhistas	26
Agricultores	24
Professores	24
Domésticas	23
Vendedores	18
Motoristas	16
Serventes	16
Auxiliares de Escritório	14
Administradores	12
Médicos	11
Escriturários	11
Estenógrafas	10
Advogados	10
Economistas	9
Industriais	8
Auxiliares de Contabilidade	7
Contadores	7

Alfaiates	6
Assistentes Sociais	4
Fruticultores	4
Classificadores	4
Eletricistas	4
Conferentes	4
Estoquistas	4
Químicos Industriais	4
Datilógrafos	4
Artífices	3
Técnicos Rurais	3
Ascensoristas	3
Aeroviários	2
Horticultores	2
Topógrafos	2
Oficiais de Propriedade Industrial	2
Pracistas	2
Contabilistas	2
Agentes	2
Apalinadores	2
Auxiliares de Laboratório	2
Publicitários	2
Práticas Rurais	1
Encarregados de Obras	1
Jardineiros	1
Mecânicos	1
Cinegrafistas	1
Operários	1
Aprendizes de Torneiro	1
Lustradores	1
T O T A L	1075

Conforme se verifica, matricularam-se nos referidos cursos, pessoas de cinquenta e três (53) pro-

fissões diferentes, que embora exercendo atividade alheias à agricultura, a ela desejam dedicar-se.

IV — Curso Prévio

O Curso Prévio, velho ansêio da direção do estabelecimento, funcionou pela primeira vez no fim de 1959 e princípio de 1960, com um total de **vinete e uma** (21) matrículas de alunos do sexo masculino, filhos de lavradores e com idades compreendidas de 14 e 20 anos, candidatos à matrícula nos Cursos Profissionais.

V — Cursos Avulsos:

Foram ministrados em 1959, dois **Cursos Avulsos**: um de Avicultura e outro de Apicultura atingindo um total de **quarenta matrículas**, assim distribuídas:

IX — Perspectivas

Tudo indica que até o fim do ano o número total de matrículas será, no mí-

nimo de mil e seiscentos alunos, pois ainda serão programados pelo menos quinze (15) Cursos Práticos Agrícolas, três (3) Cursos Avulsos, um (1) Curso Prévio.

X — O Auxílio do SSR e a dinamização da Escola

Graças à valiosa colaboração do Conselho Regional do Serviço Social Rural do Estado da Guanabara, foi possível à Sociedade Nacional de Agricultura dinamizar a Escola de Horticultura "Wenceslão Belo", com:

a) à criação do Curso Prévio

b) a ampliação dos Cursos Práticos Agrícolas

c) o funcionamento de Cursos Avulsos

d) a criação de um Curso Especial de Auxiliares de Comunidade Rurais

e) o desenvolvimento dos Cursos Profissionais.

Cursos Avulsos	Matrículas		
	Masculinas	Femininas	Total
Avicultura	23	4	27
Apicultura	10	3	13
T O T A L	33	7	40

De acôrdo com as profissões, foi a seguinte a distribuição dos alunos nos dois cursos acima citados:

PROFISSÕES	N.º de Alunos
Estudantes	9
Militares	7
Funcionários Públicos	3
Comerciários	3
Apicultores	3
Médicos	2
Estenógrafos	2
Domésticos	2
Motoristas	1
Lapidadores	1
Carpinteiros	1
Auxiliares de Contabilidade	1
Bancários	1
Industriários	1
Costureiras	1
Serventes	1
Artistas	1
T O T A L	40

O **Curso Prévio**, cuja implantação só foi possível graças aos recursos concedidos pelo CR/Gb, constitui uma decorrência do que especifica a Cláusula Segunda, item I, do Acôrdio entre o Conselho Regional do Estado da Guanabara e a Sociedade Nacional da Agricultura e veio resolver dois problemas que sempre preocuparam a administração do tradicional estabelecimento:

a) elevação do nível de preparo dos alunos dos Cursos Profissionais, com a matrícula, no 1.º ano, de candidatos mais capazes, preparados e selecionados no Curso Prévio, cujo objetivo é justamente consolidar os conhecimentos gerais, dos que concluem, na zona rural, o curso primário;

b) manutenção das atividades de ensino durante o ano, pois o Curso Prévio funciona, com êsse fim, no período de férias dos Cursos Profissionais (20 de novembro de um ano a 20 de março do outro).

Os **Cursos Práticos Agrícolas**, que sempre tiveram grande aceitação no Estado da Guanabara foram muito ampliados com a colaboração do Serviço Social Rural, através do seu Conselho Regional.

Nos anos anteriores apenas com a colaboração com a CBAR e o ETA, funcionavam na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", em média vinte (20) **Cursos Práticos Agrícolas por ano**.

Conforme se verifica, matricularam-se nos referidos cursos, pessoas de **dezessete (17) profissões**

diferente, interessados nos problemas relacionados com a avicultura e a apicultura.

VI — Cursos Especiais

Funcionou, em fins de 1959 e princípios de 1960 o primeiro **Curso de Auxiliares de Comunidades Rurais**, com um total de **dezenove (19)** matrículas de diplomados nos Cursos Profissionais da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", assim distribuídas:

Profissões	N.º de alunos
Hortelões e Fruticultores	15
Funcionários Públicos	2
Técnicos Rurais	1
Técnicos Agrícolas	1
T O T A L	19

VII — Total de Cursos em 1959 e no 1.º semestre de 1960, **setenta (70)** cursos, conforme demonstração adiante:

Tipos de Cursos	Número
Cursos Profissionais	3
Cursos Práticos Agrícolas	63
Curso Prévio	1
Cursos Avulsos	2
Cursos Especiais	1
T O T A L	70

VIII — Total de Matrículas

O número total de matrículas na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", atingiu em 1959 e no 1.º semestre de 1960 a **mil duzentas e quarenta e dois (1242)**, assim distribuídos:

CURSOS	N. de matrículas em 1959 (1.º semestre de 1960)
Cursos Profissionais	87
Cursos Práticos Agrícolas	1075
Curso Prévio	21
Cursos Avulsos	40
Cursos Especiais	19
T O T A L	1242

Em 1959 (o acôrdio entre a SNA e o CR/GB foi homologado pelo CN em se-

atividades desejam dedicar-se à lavoura e a pecuária.

ria, e procuram, através dos mesmos, adquirir os conhecimentos básicos para exercê-las com segurança e acêrto, com grandes vantagens, portanto, para a zona rural.

Os que passam pelos Cursos Práticos Agrícolas muito contribuem para a melhoria do padrão de trabalho na agricultura e na pecuária, com o seu exemplo de lavradores e criadores esclarecidos.

Entre os que vêm frequentando tais Cursos na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" há uma predominância muito acentuada de estudantes de todos os níveis (primário, secundário, normal e superior), militares e funcionários públicos, entre **cincoenta e três (53)** profissões diferentes dos alunos que frequentaram os referidos cursos em 1959 e 1960 (primeiro semestre).

Entre **mil e setenta e cinco (1075)** alunos, **quinhentos e cinquenta e dois (552)** foram estudantes, **setenta e seis (76)** militares e **cincoenta e três (53)** funcionários públicos, o representa, percentualmente:

- a) 51,3% de estudantes (de níveis primário, secundário, normal e superior);
- b) 7% de militares;
- c) 5% de funcionários públicos;

Conforme se verifica, somente **três (3)** profissões abrangeram 63% dos alunos matriculados e **cincoenta profissões (50)**, abrangeram os outros 37% dos alunos.

A ampliação dos Cursos

Práticos Agrícolas foi uma decorrência da letra "b" do item I, da cláusula segunda do acôrdo entre CR/GB e a S.N.A., e,

Os **Cursos Avulsos**, foram, também, uma decorrência do que estipula a mesma letra e o mesmo item da cláusula segunda do refrido acôrdo.

Tais cursos, um pouco mais amplos que os Cursos Práticos Agrícolas, (os Avulsos têm a duração de 36 aulas, e os Práticos Agrícolas, de 24 aulas), abrangem, de um modo mais amplos que os Cursos (Avicultura, Silvicultura, Apicultura, etc.), e, igualmente vêm despertando grande interesse e encaminham para as lides agrícolas, pessoas esclarecidas e bem orientadas, capazes e portanto de exercerem a lavoura e a pecuária em bases racionais.

O ano passado, em face da exiguidade de tempo, foram realizados apenas dois desses cursos, com predominância, também, nas matrículas, de estudantes, militares e funcionários públicos, com, respectivamente as seguintes percentagens: — 22,5%, ... 17,5% e 7,5%.

Entre **dezessete (17)** profissões diferentes dos que frequentaram tais cursos, as **três (3)** profissões acima referidas abrangeram 47,5% das matrículas, absorvendo as **quatorze (14)** outras profissões, o restante 52,5% das matrículas.

O **Curso de Auxiliares de Comunidades Rurais**, decorrente do que estipula a letra "a" do item I da cláusula segunda do acôr-

do entre a SNA e o CR/GB, destinados aos profissionais diplomados pela Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", possibilitou a elevação do nível de conhecimentos de tais profissionais, e abriu para eles, novos horizontes, com a possibilidade de trabalho dos mesmos em atividades relacionados com as tarefas de auxiliares de comunidades na área rural do Estado da Guanabara, onde já vai penetrando, com magníficas perspectivas, o Serviço Social Rural, graças ao plano de trabalho e eficiente atuação de seu Conselho Regional, que tão bem conhece os problemas do Sertão Carioca.

Os **Cursos Profissionais**, que vinham sendo mantidos pela S.N.A., com grande esforço, com a colaboração do ETA, tiveram novas perspectivas com a colaboração do CR/GB pois o acôrdo entre a SNA e o referido Conselho prevê, em sua letra "a", item I, da Cláusula Segunda, a ampliação e desenvolvimento dos mesmos.

Como uma maneira de um mais perfeito entrosamento entre o Associativismo Rural e o Serviço Social Rural, os candidatos à matrícula nos **Cursos Profissionais** da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" provenientes da zona rural do Estado da Guanabara, são encaminhados à Escola para efeito de seleção, por intermédio das Associações Rurais.

Com isso consegue-se:

- a) fortalecer o associativismo rural, dando uma posição de destaque às As-

sociedades Rurais, no encaminhamento dos jovens da zona rural para um estabelecimento de ensino profissional agrícola;

b) fazer sentir ao ruralista a presença do Serviço Rural que procura, através do ensino profissional, orientar para as lides agrícolas, os filhos de lavradores.

XI — Considerações Finais

Face, o exposto, não exige meditação concluir-se o quanto valioso tem sido para a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", o acordo assinado entre a Sociedade Nacional de Agricultura e o Conselho Regional do Serviço Social Rural do Estado da Guanabara.

Graças a referido convênio foi possível dinamizar-se o estabelecimento de ensino que desde 1898 a Sociedade Nacional de Agricultura mantém, na Penha, Estado da Guanabara, com a ampliação o desenvolvimento dos cursos já existentes (Cursos Profissionais e Cursos Práticos Agrícolas), e a criação de outros cursos (Cursos Avulsos, Curso Prévio e Cursos Especiais).

Releva salientar ainda que a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantém, permanentemente, uma assistência técnica aos lavradores do Seretão Carioca, atendendo-os sempre com solicitude, em sua sede e fornecendo-lhes as necessárias instruções para a solução de seus problemas.

Cooperativa Agrícola de Cotia

A realização da trigésima segunda Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Agrícola de Cotia, marcou a aprovação das contas relativas ao exercício de 1959, com resultados que, não obstante inúmeras dificuldades, podem ser considerados grandemente satisfatórios.

Além de abastecer os mercados internos de São Paulo, Rio e Santos, a Cooperativa cuida da exportação dos seus produtos, mantendo representantes, entre outros, nos seguintes países: Estados Unidos, Holanda, Itália, Inglaterra, Argentina, Suíça e Canadá. Devido a restrições cambiais, surto de doenças e condições climáticas desfavoráveis, o volume da exportação sofreu uma baixa de 9,85% em comparação ao exercício precedente, não obstante os proventos obtidos na exportação de chá, com um aumento da ordem de 122,83%.

Com o movimento geral, em números redondos,

de nove e meio bilhões de cruzeiros. A Sociedade congrega 7.342 associados, o que permitiu um volume de vendas de três bilhões e trezentos milhões de cruzeiros e a distribuição aos cooperadores, como retorno, de quarenta e quatro milhões de cruzeiros. O capital subscrito, de conformidade com a recente elevação procedida, atinge a importância de quinhentos e noventa e oito milhões de cruzeiros e os fundos sociais, englobadamente, acusam o total de duzentos e vinte um milhões de cruzeiros o Fundo de Reserva com vinte milhões e o de Desenvolvimento, com aproximadamente sessenta e três milhões, são os que apresentam dotações mais expressivas.

As previsões orçamentárias para o corrente exercício — equacionadas através das múltiplas atividades sociais — indicam resultados promissores.

1897 — 1960

"A LAVOURA"

63 ANOS A SERVIÇO DA
AGRICULTURA DO
BRASIL



"CORÊIA JA" Criador Allyrio Jordão de Abreu, Registrada na SRTM sob o n. 4253.

ilha de	"Friburgo JA" Campeão Estadual	"Barão JA" Campeão Nacional de 1942 e Campeão em Uberaba 1943
	"Ubatuba JA"	"Simplicia JA"

Campeão Estadual em maior percentagem de gordura no leite no concurso leiteiro de XVIII Exposição 1959.

—x—

1.º controle de lactação — iniciou no 206.º dia de lactação e terminou no 346.º dia de lactação — Produzido neste período

do 1.160 Ks. de leite com a média diária de 8,290 ks.

2.º controle — esteve apenas 84 dias seco entre o término do controle anterior e início deste — produziu 2.912 ks. leite em 317 dias (média diária 9.160 ks.

3.º controle — esteve apenas 97 dias seco, esta em lactação com 1.434 ks. de leite com 128 dias.

Congresso Nacional de Cooperativas Escolares na França

Realizou-se em Vichy, no período de 22 a 24 de Outubro do ano p.p., o Congresso Nacional do Escritório Central de Cooperativas Escolares. Do conclave participaram inúmeras representações de diversos Países europeus havendo sido debatidos tê-

mas de grande interesse.

Considerou o Congresso a importância do problema das relações internacionais, reunindo-se um grupo de trabalho especial para estudar a criação de um órgão internacional de Cooperativas Escolares que deverá integrar-se à U. N. E. S. C. O., junta-

mente com a Aliança Cooperativa Internacional. Outrossim, também deverá ser criado o regime de "bolsas de estudos" aos membros das Cooperativas Escolares, desejosos de conhecerem o funcionamento de instituições congêneres estrangeiras, especialmente, onde o movimento cooperativista atinge maior grau de progresso.

Na ocasião do Congresso a que nos referimos, na sede da Prefeitura de Vichy, houve uma excelente exposição de diversos trabalhos manuais executados por membros das Cooperativas Escolares da França, ocupando a citada exposição 20 "stands" magnificamente apresentados.

(Extraído e traduzido da "Revue de la Coopération Scolaire" — janeiro de 1959).

Tradução:

Helly Sylvia R. de Souza

RAÇÕES MELHORES PARA A EFICIÊNCIA DA PRODUÇÃO

O atual preço do milho está indicando, desde já, que as rações deverão aumentar mais ainda de preço, dentro de 2 a 3 meses. Além do milho, que em plena safra está custando muito caro, muitos outros ingredientes vêm sofrendo constantes majorações de preço. Parece que o aumento do preço das rações coincidirá com a redução normal do preço dos ovos, que sempre se observa entre agosto e novembro. Teremos, então, mais um capítulo dramático da

(Conclusão na pág. 56)

CHEGOU O NOVO MODELO

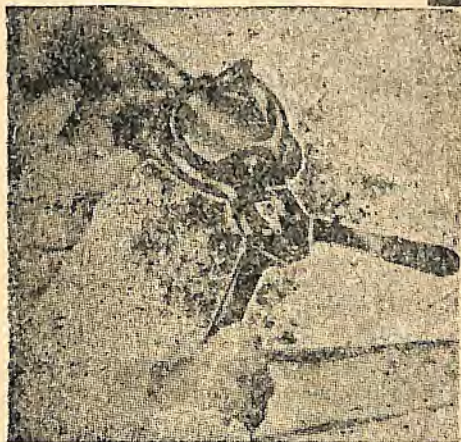
Torqueses BURDIZZO

DE FAMA MUNDIAL

POSSUI DETENTOR DO CORDÃO, SEGURA O CORDÃO TESTICULAR NO PONTO PRECISO PARA SUA RUPTURA OU ESMAGAMENTO, SEM CORTAR NEM FERIR A PELE DO ESCROTO... NÃO CAUSA LESÕES SUSCEPTÍVEIS DE INFECÇÃO

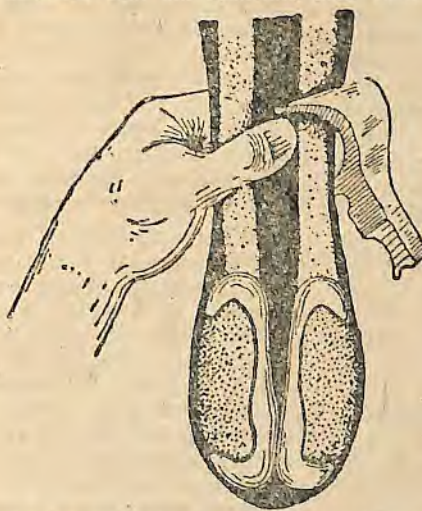


Cada torquês é acompanhada do LIVRO DA TÉCNICA PARA CASTRAR



Desenho mostrando como se separa e empurra, com o indicador e polegar da mão esquerda, o cordão direito para um lado, forçando-o contra a parede do escroto para isolá-lo, ajustando depois a torquês

Uma operação simples, segura e inofensiva. Qualquer fazendeiro com um ajudante, pode castrar seus animais.



Desenho mostrando os cordões e os testículos, assim como a posição dos dedos e da torquês pronta para apertar

PARA MAIORES INFORMAÇÕES DIRIGA-SE AOS DISTRIBUIDORES
HERMAN JOSIAS S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Rua dos Mercadores, 8 — RIO DE JANEIRO

À VENDA NAS BOAS CASAS DO RAMO

Fabricantes: N. BURDIZZO — Torino, Itália

Prêmios aos Lavradores do Estado da Guanabara

Relatório apresentado pela Comissão designada pelo Governador Sette Câmara para seleccionar aos lavradores e criadores para efeito do que estipula a lei 878 de 14-11-1976

O representante do Departamento das Associações Rurais do Estado da Guanabara, Prof. Gular Goulart da Silveira, apresentou ao Sr. Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura a cópia do relatório apresentado pela comissão designada pelo Governador Sette Câmara para seleccionar os lavradores e criadores de acôrdo com o que estipula a lei 878, de 14-11-1956, cuja cópia adiante transcrevemos.

P.D.F. — SECRETARIA GERAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Senhor Secretário Geral:

A Comissão designada pela Portaria n.º 290, de 14-9-60, do Exm.º Senhor Governador, para seleccionar os lavradores e criadores que fazem jus a receber os prêmios estaduais instituídos pela Lei n.º 878, de 14-11-56, vem apresentar a Vossa Excelência o resultado dos seus trabalhos, resultado a que chegou depois do exame minucioso das atividades dos candidatos inscritos e ouvidas as juntas especializadas dos Departamento de Agricultura e Veterinária, incumbidas da apreciação prévia dos elementos informativos por elas colhidos e que se encontram reunidos nos processos n.ºs. 2031090/60 e 2061142/60.

I — CATEGORIA DE ORGANIZAÇÃO:

Classe única — Melhor organização rural.
Prêmio no valor de Cr\$ 100.000,00

A Comissão resolveu atribuir o prêmio a dois candidatos, tendo em vista que ambos merecem a distinção, em face da cuidadosa escrituração apresentada. Essa decisão, aliás, parece ajustar-se bem à redação

do art. 2.º, item I, da Lei n.º 878, de 14-11-56, que refere a concessão de prêmio a lavrador e criador. Os candidatos selecionados são:

Criador premiado: Acécio Miguel de Széchy.

Lavrador premiado: Manoel Moraes Campos.

II — CATEGORIA DE PRODUTIVIDADE:

Classe IIa. — Maior rendimento no cultivo de hortaliças.
Prêmio no valor de Cr\$ 50.000,00.

Lavrador premiado: Augusto Hoshina.

Classe IIb. — Maior produção de aves.
Prêmio no valor de Cr\$ 50.000,00.

A Comissão, considerando a impossibilidade de apreciar com critério uniforme o item e da tabela de pontos desta classe, referente à limpeza das aves na coleta, e tendo em vista que esse item é o menos expressivo quando se cuida de premiar a maior produção de aves, resolveu não levar em conta os pontos relativos ao mesmo item.

Para a apreciação uniforme da limpeza das aves, que apenas indicaria melhor ou pior manejo do rebanho, sem qualquer relação de aves, é indispensável a certeza de ter havido, por parte dos candidatos, igual número de coletas, o que não pode ser apurado com base nas informações disponíveis. Assim, a classificação dos candidatos passou a ser a seguinte:

Guilherme Kapps	87.6 pts.
Sylvio Maul	84.9 pts.
Carlos José Alves Rabello	82.6 pts.
Orestes Carneiro	81.0 pts.
Joaquim Cabo	60.2 pts.

Em consequência, ficou resolvido conceder-se o prêmio desta classe ao criador Guilherme Kapps.

Classe IIc. — Melhor lote de pintos de um dia.
Prêmio no valor de Cr\$ 100.000,00

Criador premiado: José Nasti Giovanni.

Classe IIId. — Melhor produção apícola.
Prêmio no valor de Cr\$ 30.000,00.
Prêmio no valor de Cr\$

Criador premiado: Francisco Cardozo da Fonseca.

Classe IIe. — Melhor lote de mudas cítricas.
Prêmio no valor de Cr\$ 50.000,00.

A Comissão tomou conhecimento das deficiências dos can-

didatos, conforme foi verificado pela junta especializada do DAG, resolvendo, entretanto, conceder o prêmio desta classe ao Instituto Ana Gonzaga, que, apesar do pequeno total de pontos obtido na apreciação prévia, ali figura como o único classificado.

Classe IIId. — Melhor produção leiteira.
Prêmio no valor de Cr\$ 100.000,00.

Criador premiado: Celso Silvério dos Reis.

III — CATEGORIA DE MECANIZAÇÃO:

Classe única — Melhor emprego de máquinas agrícolas.
Prêmio no valor de Cr\$ 100.000,00.

Lavrador premiado: Ikutारे Hida.

IV — CATEGORIA DE DEFESA DE RECURSOS NATURAIS:

Classe IVa. — Combate à erosão.
Prêmio no valor de Cr\$ 200.000,00.

O prêmio não foi concedido, porque não houve candidato inscritos.

Classe Iib. — Melhor reflorestamento.
Prêmio no valor de Cr\$ 50.000,00.

Lavrador premiado: Heitor Laurraury Melleu.

V — CATEGORIA DE ECONOMIA RURAL:

Classe única — Melhor indústria rural.
Prêmio no valor de Cr\$ 30.000,00.

Lavrador premiado: José Raimundo de Oliveira.

O candidato premiado já é falecido, devendo ser resolvido, pela Administração, como e a quem se efetuará o pagamento de prêmio.

VI — CATEGORIA DE ABASTECIMENTO:

Classe única — Maior volume de produção agrícola.
Prêmio no valor de Cr\$ 100.000,00.

A Comissão resolveu desclassificar o lavrador Angelo Hoshina, porque a produção computada em seu favor foi obtida de sua própria lavoura e de uma outra, explorada por Ikutara Hida, com a sua colaboração, mas pela qual ele está registrado. Cabe à Comissão ressaltar, ainda, que mesmo no caso de aprovar-se o compute da Junta especializada de DAG, o lavrador Angelo Hoshina teria de ser desclassificado, porque, então, ele deveria figurar juntamente com Ikutara Hida, como premiado na categoria de mecanização. Isto porque o art. 3.º, § 1.º, da Lei n.º 878, de 4-11-56, não permite que os candidatos concorram a mais de um prêmio.

Face ao exposto, a Comissão aprovou a seguinte classificação, concedendo 100 pontos ao primeiro colocado e estabelecendo relação percentual entre eles e os outros candidatos:

Massatada Togoshi . 100.0 pts.

Storino — Chefe do Serviço de
Hajime Watanabe . . . 96.9 pts.
Agostinho Faustino de
de Moura 67.8 pts.
Manoel de Freitas . . . 34.5 pts.
José Vaz 22.4 pts.
Maria Leopoldo de Nas-
cimento 2.2 pts.

Em consequência, ficou resolvido conceder-se o prêmio desta classe ao lavrador Massatada Togoshi.

São essas, Senhor Secretário Geral, as decisões que a Comissão designada tem a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para a concessão dos prêmios estaduais aos lavradores e criadores que mais se destacaram durante o ano agrícola de 1959/1960.

Em 19 de setembro de 1960.

AA. — Antonio Dias Lopes — Representante da Assembléia Legislativa do Est. da Guanabara. — Geraldo Goulart da Silveira — Representante do Departamento das Assc. Rurais do Est. da Guanabara. — Ro-

berto Ferraiolo — Diretor do Departamento de Agricultura, Agr.º pd. "O" — Matr. 73.492. — Jacintho Machado de Mendonça Jr. — Diretor do Departamento de Veterinária, Veterinário Ref. L — Matr. 49.529. — Francisco Carlos Iglesias de Lima — Chefe do Serviço Florestal, Agr.º pd. "O" — Matr. 56.156. — José Nardy Fernandes Lima — Chefe do Serviço de Produção e Indust. do Leite — Veterinário Cl. "N" Matr. n.º 61.534. — Francisco de Paul Economia Rural, Agr.º pd. "O" Matr. 45.905. — Carlos Antonio Carvalho Cabral — Chefe do Serviço de Engenharia Rural, Eng.º Aux. Ref. "N" — Matr. 76.692. — Clynio do Amaral Morisson — Chefe do Serviço de Avicultura, Agr.º pd. "O" — Matr. 59.117. — Cláudio Heggendorf Monnerat — Chefe do Serviço de Apicultura, Agr.º pd. "O" — Matr. n.º 52.661. — Antonio Baptista V. Varella — Chefe do Serviço de Horticultura, Agr.º pd. "O" — Matr. 75.982.

Nova Ração balanceada para Aves

Na avicultura, a necessidade da complementação alimentar, sob vários aspectos, é de relevante importância e, economicamente, é traduzida em produção e qualidade superior. Daí o arraçoamento ter-se tornado, ultimamente, o método prático, eficiente e racional para a alimentação de aves.

Decorrente desse fato, floresceu, no Brasil, uma promissora indústria: a de rações balanceadas. As mais proeminentes empresas do Brasil, graças à larga experiência adquirida em muitos ramos, estão plenamente capacitadas a produzir esse complemento alimentar. Exemplo digno de nota vem de se registrar recentemente, quando a

S/A Indústria Reunidas F. Matarazzo lançou no mercado duas novas fórmulas destinadas a aves poedeiras e em crescimento.

A exemplo de toda sua linha de produtos para a agro-pecuária, o novo produto da Matarazzo é, talvez, o mais completo dos até então oferecidos. Entre seus componentes tem-se: milho desintegrado, farelo de trigo, farelo de amendoim, farinha de carne, de fígado, de sangue, de osso e de ostra, complexo vitamínico-mineral e outras substâncias. Nota-se, pois, a presença de proteínas de origem animal em grande escala, atendendo a necessidades da chamada alimentação clássica.

Produtos Agrícolas

Problemas da Produção e Distribuição

Subsídio da Sociedade Nacional de Agricultura ao FORUM DO ESTADO DA GUANABARA

Exmo Sr. Dr.
Luiz Simões Lopes
DD, Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Senhor Presidente

Na qualidade de membro da comissão designada por essa Sociedade, para representá-la no Forum Paulo de Frontin do Estado da Guanabara, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro e pelo "Correio da Manhã", tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Excia. que compareci ao referido Forum, juntamente com outros colegas também designados, onde tivemos ocasião de apresentar as sugestões que tinham sido anteriormente aprovadas, e reuniões preliminares, a que compareceram a quasi totalidade dos membros indicados por essa Presidência para integrar a sua representação naquêle certame.

É com satisfação que transmito a V. Excia., a boa impressão e os elogios que recebeu naquêle Forum o subsídio dessa tradicional Sociedade. O "Correio da Manhã", em sua edição de domingo, 30 de outubro

do corrente ano, transcreveu integralmente esse subsídio de nossa Sociedade, declarando: "A Sociedade Nacional de Agricultura apresentou, como contribuição aos trabalhos do FORUM DO ESTADO DA GUANABARA, UM LONGO E BEM VASADO ESTUDO SOBRE OS PROCEDENCIA AGRICOLA, E DA DISTRIBUIÇÃO DOS BENS DE CONSUMO DE PROCEDENCIA AGRICOLA.

Mereceu, também, elogios a contribuição dessa Sociedade apresentada na sessão dedicada ao turismo no Estado, e intitulada "O problema florestal em face do turismo no Estado da Guanabara".

O subsídio apresentado ao mencionado Forum foi baseado nos estudos feitos por essa Sociedade e encaminhados ao Governador Sette Câmara bem como na contribuição elaborada pela Associação de Engenheiros Agrônomos da Secretaria Geral de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Guanabara.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Excia. os protestos de elevada consideração e estima.

Prof. Hektor Grillo

A Sociedade Nacional de Agricultura apresentou, como contribuição aos trabalhos do Forum do Estado da Guanabara, um longo e bem vasado estudo sobre os problemas da produção e da distribuição dos bens de consumo de procedência agrícola. Este estudo que focaliza todos os fatores capazes de influenciar a produção agrícola, desde as fontes produtoras até o mercado consumidor, vai a seguir transcrito:

PROBLEMAS FISCAIS

Esses problemas, decorrentes dos itens I e II, interessam, di-

Em tese só há um imposto que preenche integralmente estes requisitos: é o imposto fundiário, lançado a uma taxa uniforme sobre o valor de todas as terras de domínio privado, sejam elas cultivadas ou incultas, edificadas ou baldias.

Na impossibilidade de atingir imediatamente essa nota racional que exige longo preparo da opinião pública, deve o Estado da Guanabara adotar um sistema tributário que se aproxima o mais possível daquele alto ideal. Para isso seria aconselhável:

a) A redução do número de impostos, conservando os de alta produtividade e eliminando os de renda pequena ou insignificante;

b) A unidade dos impostos imobiliários (predial e territorial) num só título, com a transferência do seu assento para o valor fundiário dos imóveis — reforma urgente e de alta transcendência, capaz de solidificar em poucos anos a fisionomia econômica do Estado na cidade e no campo. (Já existe uma base bem estudada para essa reforma, substanciada na Mensagem n.º 14, de 1948, do então prefeito Mendes de Moraes);

c) a substituição, no lançamento dos impostos, dos critérios subjetivos por normas objetivas, isentas de arbítrio pessoal. Com isso se eliminam as arbitrariedades e as injustiças, coibindo-se o excesso de exação e a evasão de rendas. (É de justiça reconhecer que, nos últimos anos, a antiga Prefeitura do Distrito Federal fez grande progresso nesse terreno. Os processos de padronização dos valores territoriais, a fixação dos valores locativos por meio de índices unitários médios, apurados para cada bairro, a objetivação dos valores imposto de transmissão de propriedade, bem como a recente instalação da Comissão Mista de Fixação de Valores Unitários Tributáveis órgão paritário composto de funcionário e contribuintes, criado pelo Decreto 13.821, são grandes conquistas no campo tributário que o Estado da Guanabara herdou do

reta e indiretamente à agricultura. Conforme a conceituação clássica, julgamos que o bom imposto, para bem exercer a sua função política, deve: a) ser produtivo; b) pesar o menos possível sobre a produção de modo a não enfraquecer a fonte única de todos os recursos; c) ser arrecadação fácil e barata; d) ser certo, de modo a dispensar exação e impossibilitar a sonegação; e) ser intransferível; f) incidir com justiça, de modo que cada qual contribua para as despesas públicas em proporção aos benefícios que aufera da comunidade.

antigo Distrito Federal e deve manter e aperfeiçoar para a proteção dos contribuintes do erário e o aprimoramento do aparelho fiscal);

d) A manutenção e aperfeiçoamento do Conselho de Recursos Fiscais como o órgão paritário, destinado a dirimir em segunda e última instância administrativa, os conflitos oriundos da aplicação das leis tributárias do Estado.

PROBLEMAS ADMINISTRATIVOS

Esse assunto, focalizado principalmente nos itens III e V, mereceu atento exame por parte da Comissão Especial, que se pronunciou pela urgência de providências oficiais tendentes a reduzir o pessoal e o custo de administração, a racionalizar o trabalho administrativo e a modernizar os processos de relação entre os contribuintes e o Estado principalmente através de uma descentralização que não pode mais ser adiada.

PROBLEMAS DE OBRAS E DE INVESTIMENTOS

Relativos aos itens IV e VI, esses aspectos do Questionário mereceram também exame, e julga a S.N.A. que a tributação não mais pode ser considerada como elemento direto principal de qualquer política de investimento. Fundamentada em tal critério, a S.N.A. não aconselha o financiamento de obras públicas de vulto por meio da receita tributária. Esta se destina a custear os serviços normais do Estado. As obras novas de vulto devem ser financiadas por meio do crédito público a longo prazo, cumprindo ao governo do Estado estudar os processos mais consonantes com os interesses coletivos no sentido de obter a cobertura financeira para os empreendimentos de vulto reclamados pela cidade do Rio de Janeiro.

Quanto às obras a cargo da SURSAN, deve o regime ser mantido e aperfeiçoado, principalmente no que se refere à

intangibilidade e à destinação precípua das verbas decorrentes da tributação indistinta, circunstância que aconselha também a solução de providências tendentes a fazer convergir à coletividade os benefícios da valorização de áreas, evitando-se, mediante a adoção de uma taxa de melhoria, que a contribuição de todos os cariocas favoreça apenas alguns proprietários de terrenos.

PROBLEMAS INDUSTRIAIS

Sobre esse tema, desdobrado nas alíneas A, B, C e D, focalizaremos inicialmente as três primeiras, reservando-nos para maior desenvolvimento da alínea B, relativa à agricultura e ao abastecimento.

Entre as medidas sugeridas para incentivar a implantação de novas indústrias, de acordo com os itens do Questionário, pronuncia-se a Sociedade favoravelmente à isenção de impostos, de vez que facilidades fiscais, racionalmente proporcionadas, poderão constituir-se em eficaz instrumento de expansão industrial.

Quanto à criação de uma zona industrial, com facilidade de transporte e de serviço públicos, manifestamo-nos de acordo, bem como concordamos com a criação de uma zona portuária livre, destinada a garantir mais rápido acesso a matérias-primas, sobressalentes e peças de reparo, mercadorias de importação, inevitável, nessas incluídas, sem qualquer omissão, todos os implementos e materiais de interesses direto ou indireto da agricultura e das indústrias rurais. No que tange à qualificação industrial, outra diretriz não há senão o desenvolvimento do ensino técnico, porquanto sem artifícios especializados, qualquer velocidade fabril será um erro fatal à economia do novo Estado. Esse elemento — mão de obra qualificada — deve ser aproveitado ao máximo, porque será até capaz de empolgar empresas sediadas fora do território estadual.

Julgamos da maior relevância que o Estado envide todos os esforços no sentido da expansão da energia, sob pena

de ficar comprometido qualquer plano de fomento industrial. O exemplo de diversos Estados é bem convincente, evidenciando os males de empresas funcionando sem rendimento pleno.

Outro setor a reclamar o desvelo do Estado é o do aproveitamento industrial do lixo e dos resíduos e gases dos esgotos, cujo desperdício constitui, sem dúvida, uma lacuna lamentável. Não se justifica a incúcia oficial em tão relevante problema, cuja solução, aliás, será de grande utilidade para as atividades agrícolas, carecentes de adubação para melhor rentabilidade.

A indústria do frio é outra programação de caráter urgente. Centro consumidor por excelência, o Rio de Janeiro carece vitalmente desse instrumento de valorização dos produtos perecíveis e de normalização do abastecimento estadual.

Pronuncia-se a S.A.N. contrária a que o Departamento de Águas seja incorporado à SURSAN, mas não vê inconveniente em ser implantado o sistema de auto-financiamento de telefones, tal como vem ocorrendo em várias outras cidades.

No que se refere à promoção de turismo, que só será viável se a cidade dispuser de uma rede de hotéis qualificados e de acesso confortável às suas belezas naturais, claro é que todos os esforços devem ser julgados para a instituição de uma riqueza até agora lamentavelmente malbaratada.

PANORAMA GERAL DO ABASTECIMENTO

A estimativa da população do Estado da Guanabara em 1.º de julho de 1960 acusava ... 3.224.129 habitantes, quase 5% do total do país numa área de 1.167 km², que representa, tão somente, 0,02% do território nacional.

Própriamente agricultáveis, uma vez deduzidas as áreas suburbanizadas, de reserva florestal, em lagoas, pedreiras, e restingas, restam cerca de 369 km². Já o último censo, dava,

para o então Distrito Federal, 24.401 habitantes em atividade agrícola e extrativa.

Ao que se deduz e como não poderia deixar de ser, face a tais circunstâncias, o abastecimento de gêneros alimentícios a essa população, tem de depender dos suprimentos de outras Unidades, desde que a produção do Estado é eminentemente horti-granjeira e de limitada significação para o montante da diversificação do consumo diário.

A seguir, acha-se resumida em quadro, a estimativa das quantidades dos principais gêneros alimentícios consumidos diariamente na Guanabara, inclusive principais Estados fornecedores.

Gênero	Quantidade em T.	Utilidade de origem
Carne: diversas	580	SE-RJ-GB-MG-GO-RS
Pescado	60	GB-RJ-SP-RS
Ovo	21 (1)	SP-RJ-GB-MG
Leite	470 (2)	MG-RJ-GB-SP
Feijão	200	RS-SP-PA-MG-GO ..
Arroz	400	SP-MG
Batata	240	SP-MG
Farinha de Trigo	50	RS-SC e Exterior
Farinha de Mandioca	110	BA-SC
Manteiga	30	MG-RJ-GO
Banha	70	RS-SC
Cebola	40	RS-PE-SP
Frutas e hortaliças	900 (3)	SP-RJ-GB

Os centros produtores nesses Estados acham-se situados distâncias que variam entre 1.000 a 2.500 km, percorridos por via marítima ou terrestre, principalmente rodoviária.

Eis o que pode o consumo do Estado da Guanabara, representar para a economia do País, traduzido em valor de produção agrícola, em utilização de meios de transporte, na ocupação de mão-de-obra, e, em geral, em termos de movimentação de recursos financeiros.

Fontes: DAS e outras:

- (1) Equivalente a 672 gr/dz.
- (2) Equivalência de 1 kg por litro, base aproximada.
- (3) Estimativa do DAB.

DISTRIBUIÇÃO

Encarada como processo de que se valem os grupos que participam do comércio para fazer chegar ao consumidor as utilidades alimentícias, merece inicialmente dizer, que a ação maior nesse sentido, no Estado da Guanabara, é inegável e predominantemente o poder

privado.

Breve levantamento local provido pelo Conselho Coordenador do Abastecimento, revelou a existência de 6.166 estabelecimentos varejistas, com um volume de venda de, aproximadamente, 16 bilhões de cruzeiros por trimestre, seja, de 177 milhões por dia.

Enquanto isso, as vendas efetuadas nos Mercados pela DAB, no mês de abril último, importaram na média de quase 5 milhões de cruzeiros diários.

Tal situação decorre de circunstâncias peculiares do desenvolvimento do mercado e das facilidades adotadas no processo de comercialização de gêneros que, por força do considerável aumento da demanda,

com pouca eficiência distribuidora.

E o Departamento de Abastecimento do Estado, com sua rede de feiras e mercados está assim em posição obsoleta com relação às inovações do comércio varejista.

A AÇÃO DO ESTADO

Periódicamente, são as populações das grandes Capitais agitadas pelas crises do abastecimento dos alimentos básicos. Oa a falta de gêneros, ora seus preços, quando não um e outro, são os motivos que geram essa tintranquilidade. E aqui, diga-se de passagem a imprensa representa, nesses casos, papel de considerável importância, como meio de esclarecimento do povo.

Vários dos fenômeno de preço e de carência, são às vezes meramente naturais, e em outras, provocados pela ação de grupos, inclusive por medidas oficiais mal fundamentadas. Vale dizer que o Governo não dispondo de um sistema especial de informações sobre preços e mercados, capaz de acompanhar as modificações do processo distribuidor, tem de se contentar com os dados havidos junto a organizações interessadas que, por si só, dispõem do controle da produção e movimentação das utilidades.

Disto decorre a necessidade da participação do Estado na distribuição, mas a forma de gerência cabível ao poder público deve ser inteligentemente estabelecida, evitando-se, sempre que possível, o controle direto, por ser odioso, restritivo e desestimulador da produção e do comércio.

No Estado da Guanabara, é notório o movimento de grupos privados que comungam da distribuição, como representantes de entidades atacadistas, de se congregarem em entidades fechadas, de funcionamento independente, para construção de centros de abastecimentos, sem qualquer ou com a mínima intromissão do poder estadual, no que tange ao planejamento das facilidades quanto à estrutural, localização ou mesmo financiamento. Isto, talvez, como decorrência da falta de um

passa a exigir sobretudo eficiência. Instalar, sujeita como é a métodos administrativos próprios e especiais, de necessária mobilidade de sistema, para fazer face à dinâmica da distribuição. Proyam-no as inúmeras tentativas do SAPS e da extinta COFAP, adotadas a título de regularizar preços e suprimentos, sem resultado ou

organismo de planejamento econômico.

FEIRAS-LIVRES

Estas representam o principal meio de distribuição sob controle do governo do Estado. São atualmente em número de 184 e se realizam, diariamente, pelas diversas seções da metrópole, funcionando no período das 7 às 12 horas.

A última revisão de matrículas feita pelo Departamento de Abastecimento, revelou a existência de 6.327 feirantes sendo 61% de locatários, 24% de cabeceiras de feiras e de 15% de lavradores. Admitida à média de dois por matrícula, somam a quase 13.000 os que vivem da feira, na condição de empregados dos feirantes.

Há a acrescentar, ainda, os trabalhadores dos concessionários de barracas e tabuleiros, os motoristas dos veículos transportadores, enfim, numeroso grupo que depende economicamente desse comércio.

O levantamento, já referido, feito pelo Conselho Coordenador do Abastecimento, dá as feiras-livres como distribuindo cerca de 24,3% do montante diário de vendas do comércio varejista. Tal índice estatístico, evidentemente sujeito a reparos, pode servir, mesmo assim, como parâmetro de comparação das feiras-livres, em relação ao comércio varejista de alimentos.

Por estas duas indicações, verifica-se da relativa importância das feiras-livres como meio de distribuição. Delas dependem grande número de pessoas e não menos avultado número de famílias consumidoras.

A existência dessas feiras-livres tem sido, não obstante, matéria muito controversa, pelos problemas que criam à ordem urbana. Outros inconvenientes se relacionam à disciplina e aos métodos de comércio ali adotado.

Compreendemos que de imediato a ordem nas feiras-livres pode ser assegurada, através de uma articulação dos órgãos do governo do Estado que interferem, indistintamente, no seu funcionamento.

A ordenação e disciplina das feiras, no entanto, não se resumem ao seu aspecto externo, puramente de funcionamento. Há necessidade, também, de ser instituída a mecanização do cadastro de feirantes, para evitar ou diminuir os tradicionais erros de cunho doloso. Outra medida, seria a da revisão do regulamento das feiras-livres, partindo de diretrizes que bem definissem a política do Estado em relação à sua existência. Naturalmente que um inquérito de pesquisa de opinião pública, poderia constituir-se em grande auxiliar para a definição que se impõe ao Estado.

ABASTECIMENTO — MEDIDAS ACONSELHADAS

I — De Caráter Imediato

7. Articulação dos órgãos que exercem, direta ou indiretamente a ação administrativa, fiscal e policial nas feiras-livres.

2. Mecanização do controle cadastral dos feirantes, mercados e seus empregados

3. Instituição de fiscalização indireta junto às feiras-livres, com a colaboração do consumidor.

4. Revisão e atualização da legislação específica das feiras e mercados sob administração do Departamento de Abastecimento.

5. Estudo da lotação das feiras, distribuída por categoria de feirante e ramo de comércio.

6. Instituição de cursos para fiscais de feiras, objetivando o ensinamento de noções sobre pesos e medidas, padronização de gêneros, exame das condições sanitárias de alimentos e outros.

7. Instituição de um inquérito de profundidade, junto à população, para avaliar a significação das feiras-livres como veículo de distribuição de gêneros.

8. Instituição de uma área livre para agricultores do Estado da Guanabara nos Centros de Abastecimento São Sebastião, São Cristóvão e outros centros congêneres.

II — De caráter mediato

7. Definição das diretrizes políticas do Estado, no concer-

nente a sua posição no abastecimento de gêneros à população.

2. Reestruturação do Departamento de Abastecimento visando a atender as modificações a serem introduzidas, com vistas a tais diretrizes.

3. Estudo laciação de uma Administração própria e independente, reunindo todos os Mercados sob controle do DAB.

F — PANORAMA GERAL DA AGRICULTURA

O Estado da Guanabara conta com 360 km² de área agrícola que, em números redondos, representa 30% do total do seu território.

A população com atividades rurais, revelada pelo último censo, era de 24 mil habitantes, seja quase 10% do número de pessoas em atividades industrial ou comercial.

Assim, a indústria e o comércio são atividades predominantes, constituindo-se em concorrentes economicamente mais favorecidos do empreendimento agrícola. O mercado de braços em que se constituem, ao lado do empreguismo público, drena, continuamente, os homens válidos das lavouras, e isto é tanto mais prejudicial, quanto mais se considera o pequeno uso dos métodos mecanizados na zona rural do Estado. Em consequência, permanecem na lide do campo, apenas os velhos e pessoas sem aptidão para mistérios urbanos.

O Registro de Lavradores e Criadores, mantido pelo Serviço de Economia Rural, informa a existência de 3.346 agricultores dos quais 1.325 proprietários, 1.327 arrendatários e 924 ocupantes diversos. Fosse todos os agricultores registrados a cifra se elevaria a 5.000 aproximadamente. Da área total ocupada — 239 km², cerca de 168 são utilizados, 84% em plantações permanentes e o restante em culturas de ciclo anual e outras.

A área cultivada por agricultor é de apenas 5,31 ha, devido em grande parte à ausência da máquina agrícola.

Ora, é evidente, pela análise dos dados apresentados, a bai-

xa renda per capita proporcionada pela atividade que assim passa a depender do braço. Daí a expansão de certas culturas. E, neste caso, está a criação de aves, por redundar em maior rendimento para o trabalho braçal; sendo por isto empreendimento preferido dos agricultores de melhores condições técnicas e financeiras.

Entre as culturas vegetais dominantes, sobressaem a citricultura, com 4 milhões de pés e a bananicultura com 3,5 milhões de touceiras. A primeira chegou a constituir-se em fonte de considerável riqueza para o lavrador carioca até os idos de 1939, quando a guerra mundial veio anular a exportação de laranja-pêra. Já a cultura da bananeira tem se imposto em certas zonas por exigir pequeno capital, pouca mão de obra e por ser o seu produto de fácil colocação.

Das culturas anuais que ocupam maior área, destacando-se a do alpipim, da batata-doce, do quiabo, do jiló e do agrião.

A produção animal é diversificada, se bem que propenda para a criação de aves, calculada num efetivo de 1,2 milhões de cabeças em diferentes idades, merecendo notar que o índice de produtividade da avicultura carioca é o mais elevado do país, registrando a média de 154 ovos a 180 ovos, o que vem sendo conseguido através do plano de melhoramento avícola aliás, único em vigor no Brasil.

O registro do Serviço de Economia Rural informa ainda a existência de 19 mil suínos, 1,1 mil caprinos, 2,0 mil equinos, além de pequenas criações de coelhos, de abelhas, etc. Quanto a bovinos, tem-se verificado nos últimos dois anos uma tendência de aumento que se atribui não só à instalação da Usina de Pasteurização de Campinho mas, ao número de áreas urbanizadas vazias, criadas pelo loteamento desordenado.

EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA

É evidente, pois, que a indústria e o comércio condicionado

desfavoravelmente a agricultura local. Felizmente, o esforço dos órgãos técnicos, faz com que, ainda permaneça estacionária, a pequena reserva agrícola, diante da pressão de fatores tão poderosos. Pelo menos é o que revela a estatística do Serviço de Economia Rural, relativamente à área cultivada, em comparação com a área total agricultável, no período de 1952 a 1958, conforme evidencia o quadro abaixo:

Ano	Área Total Em 1.000 ha.	Área Cult. Em 1.000 ha.
1952	26	19
1953	29	20
1954	28	18
1955	23	16
1956	26	18
1957	28	19
1958	24	19

TAMANHO DA UNIDADE RURAL DE PRODUÇÃO

Elemento indispensável à compreensão do problema agrícola no Estado da Guanabara, não só é a natureza do vínculo do lavrador com a terra, mas o tamanho da propriedade rural e sua distinção por frequência de classe.

A fonte atrás citada — o Serviço de Economia Rural, indica que as unidades mais frequentes, têm área até 5 ha, as demais aparecem dentro do escalonamento abaixo:

até 5 ha	2 020
de 5 a 10 ha	793
de 10 a 50 ha	514
mais de 50 ha	47
TOTAL	3.374

Aqui, mais uma vez se evidencia a predominância da atividade granjeira, como a fundamental a qualquer diretriz de assistência, de crédito agrícola e mesmo de boa política agrária, que o Estado por ventura a adotar.

AGRICULTURA — MEDIDAS ACONSELHADAS

I. De Caráter Imediato

1. Rigorosa observância da Lei que delimita e preserva as

zonas de reserva agrícola, visando a fixação da atividade e a melhor ordenação do loteamento, inclusive, nas áreas de expansão urbana.

2. Intensificação do fomento agropecuário tendo em vista a eficiente utilização das áreas agricultáveis e o aumento no seu rendimento produtivo.

3. Expansão do programa de crédito agrícola a cargo do Banco do Estado da Guanabara.

4. Celebração de convênio com o Ministério da Agricultura, a Secretaria da Agricultura do Estado do Rio e o Serviço Social Rural para serviços articulados de fomento e pesquisas hortigranjeira e de assistência técnica e social, extensivo aos municípios fluminenses vizinhos ao Estado da Guanabara.

5. Efetivação da acôrdo com a organização de crédito supervisionado e assistência rural (ACAR) do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de criar um escritório no Estado da Guanabara.

6. Instituição de bolsas de estudos de agronomia e de veterinária, para filhos de lavradores e criadores, mediante prova de habilitação.

7. Instituição de cursos práticos de agricultura, podendo, para isso, ser utilizado a Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura.

8. Concessão do financiamento para aquisição de viaturas de trabalho, para engenheiros agrônomos e médicos veterinários, através do Banco do Estado da Guanabara.

9. Funcionamento do reembolso para revenda de material agrícola aos lavradores e criadores, na conformidade da Lei.

II) De Caráter Mediato

1. Organização das comunidades rurais, visando o melhoramento das suas condições de vida.

2. Atualização da legislação fortalecer as entidades em funcionamento no Estado.

3. Adaptação da Fazenda Modelo de Guaratiba em insti-

tuto de ensino agrícola de grau médio e de pesquisas hortigranjeiras.

HUGO FROTA :

RIO DISPÕE APENAS DE 360 Km2 DE ÁREA AGRICULTÁVEL

"Dos 1.167 quilômetros quadrados da área total do Estado da Guanabara, apenas temos cerca de 360 km2 de terreno agricultável, sobre os quais pesa a ameaça da expansão urbana, através loteamentos", disse o agrônomo Eduardo Hugo Frota, em seu depoimento, como membro da Sociedade Nacional de Agricultura. Discorreu, depois sobre o panorama geral do abastecimento do Rio, analisando o sistema de funcionamento dos meios de distribuição administrados pelo Estado, como as feiras-livres e os mercados regionais, estabelecendo um paralelo entre o montante das vendas de cada um.

LEVANTAMENTO LOCAL

Disse o Sr. Frota que levantamento local procedido pelo Conselho Coordenador de Abastecimento revelou a existência de 6.176 unidades da rede do comércio varejista, com um volume de vendas de cerca de 16 bilhões de cruzeiros por trimestre para o qual as feiras-livres participam com pouco mais de 24%, enquanto os Mercados Regionais distribuem mercadorias no valor médio de apenas 5 milhões de cruzeiros diários. Esclareceu que, sem embargo da população do Estado da Guanabara aproximar-se numericamente da população da capital paulista, esta dispõe de um sistema de feiras-livres que se eleva a mais de 300 unidades, enquanto o Rio de Janeiro é servido por menos de 150, as quais, face ao seu funcionamento precário, estão a merecer atenção especial do governo.

DIRETRIZES

Preconizou o agrônomo Eduardo Hugo Frota a adoção de providências para melhoria do

abastecimento, umas de caráter imediato e outras a longo prazo. Entre as primeiras alinharam-se a articulação dos órgãos que exercem, direta ou indiretamente, ação fiscal, administrativa ou policial nas feiras-livres; instituição da fiscalização indireta com a colaboração direta do consumidor; revisão e atualização da legislação específica que vigie sobre os empórios subordinados ao Estado e instituição de área livre para agricultores do Estado nos centros de abastecimento São Sebastião, São Cristóvão e outros. Como medidas de execução a longo prazo julga necessária a definição das diretrizes políticas do Estado no concernente a sua posição com referência ao abastecimento de gêneros, suplementada pela reestruturação do Departamento do Abastecimento, visando a atender às modificações a serem introduzidas, com vistas a tais diretrizes.

HEITOR GRILLO :

TUMULTO ECONÔMICO HERANÇA DA GUANABARA

Fazendo uma apreciação geral da situação do Estado da Guanabara Heitor Grillo classificou-a de "tumulto econômico". Justificando seu pensamento, informou que foi essa a "herança" recebida da extinta Prefeitura do Distrito Federal pelo novo Estado. E exemplificou: loteamentos residenciais sem arborização, água, luz, esgotos fluviais, saneamento, iluminação e gás em meio ao "cinturão verde". Procura-se combater a luta desenfreada da carne quando todo mundo sabe que o problema só pode ser resolvido nas fontes produtoras. Abordou todos os problemas apontados que estão sendo debatidos no Fórum, em busca de sugestões.

A seguir, o depoimento do sr. Heitor Grillo encaminhou-se para "O problema florestal em face do turismo no Estado da Guanabara".

"A manutenção dos parques florestais (procurados por visitantes do país e do estrangeiro) que tanto contribuem para

o bem-estar geral, inclusive fornecendo água para consumo da população, só tem sido possível com sacrifício e idealismo de uma pequena equipe de técnicos, que enfrentam dificuldades de toda a ordem. Falou sobre o Código Florestal do Estado, aprovado em 1959 que, devido à falta de recursos materiais, faz com que a sua aplicação não se possa processar com a eficiência desejada por todos. Citou as florestas da Tijuca: distando alguns minutos apenas do centro da cidade, podem servir ao turismo e com o restante da mancha florestal, ainda para outros fins, como evitar erosão, conservação e amenidade do clima, regime de águas, todos itens fundamentais para a vida da cidade. Chamou a atenção para o problema crônico das inundações da cidade, consequência da descida dos morros de toneladas de lama, mercê da proliferação das favelas que, além do aspecto paisagístico negativo muito contribuem para a devastação das matas protetoras, dada a procura de madeira para a construção dos barracos e combustível.

PERIGO

A seguir, o sr. Heitor Grillo demonstrou o perigo que se aproxima com a redução da área florestal, que chegou ao limite mínimo, já ultrapassado.

RESERVA BIOLÓGICA

Como trabalho planejado, citou o sr. Grillo a criação da Reserva Biológica, abrangendo as lagoas de Jacarepaguê, a fim de manter ali uma mostra típica da natureza da restinga. Esse parque poderá ser inaugurado quando do 4.º Centenário da Fundação da Cidade. Será mais um ponto turístico do Estado.

REESTRUTURAÇÃO

Finalizando, o depoente propôs a modificação do Serviço Florestal para Departamento, recebendo os recursos necessários, de pessoal e material,

EMPREGUISMO DRENA HOMENS VÁLIDOS DAS LAVOURAS DO ESTADO

O prof. Heitor da Silveira Grillo expôs no Fórum "Paulo de Frontin" como membro da Sociedade Nacional de Agricultura, sobre assuntos que deveriam ser apresentados pelo sr. Francisco de Paula Storino. Disse inicialmente que a indústria e o comércio são atividades predominantes, constituindo-se em concorrentes economicamente mais favorecidos do empreendimento agrícola. E, prosseguiu: "O mercado de braços em que se constituem, ao lado do empreguismo público, drena, continuamente, os homens válidos das lavouras, e isto é tanto mais prejudicial, quanto mais se considera o pequeno uso dos métodos mecanizados na zona rural do Estado. Em consequência, permanecem na lide do campo, apenas os velhos e pessoas sem aptidão para misteres urbanos".

EXPANSÃO AGRÍCOLA

"O registro de lavradores e criadores, mantido pelo Serviço de Economia Rural do Estado — continuou — informa a existência de 3.346 agricultores dos quais 1.325 proprietários, 1.327 arrendatários e 924 ocupantes diversos. Fôssem todos os agricultores registrados, a cifra se elevaria a 5.000 aproximadamente". Frisou o sr. Heitor Grillo que da área total ocupada — 239 quilômetros quadrados — cerca de 168 são utilizados, 84 por cento em plantações permanentes e o restante em cultura de ciclo anual e outras. A área cultivada por agricultor — prosseguiu o prof. Grillo — é de apenas 5,31, sendo evidente, pela análise dos dados apresentados, a baixa renda "per capita". Falou, a seguir, na expansão de certas atividades agrícolas e as culturas vegetais dominantes onde sobressaem a citricultura e a bananicultura. Das culturas anuais que ocupam maior área, destacam-se a do alvim, da batata doce, do quiabo, do jiló e do agrião.

SUGESTÕES

Referiu-se o prof. Grillo à produção animal e citou a Evolução da Agricultura, dizendo que devido aos esforços dos órgãos técnicos do Estado, ainda permanece estacionária a pequena reserva agrícola, diante da pressão de fatores diversos e poderosos. Mencionou a estatística do Serviço de Economia Rural, relativamente à área total agricultável, no período de 1952 a 1958. Sugeriu medidas para melhoria da lavoura carioca as quais, rigorosa observância da lei que delimita e preserva as zonas de reserva agrícola; intensificação do fomento agropecuário, visando o aumento da produtividade; expansão do programa de crédito agrícola a cargo do Banco do Estado; celebração de

convênios entre o Estado da Guanabara, o Ministério da Agricultura, Secretaria de Agricultura do Estado do Rio e do Serviço Social Rural, para pesquisas hortigranjeiras e de assistência técnica e social; instituição de bolsas de estudos de agronomia e veterinária para filhos de lavradores e criadores, bem como de cursos práticos de agricultura; sistema reembolsável de revenda de material agrícola aos produtores; atualização da legislação cooperativista e recuperação de unidades de caráter industrial da Secretaria de Agricultura do Estado da Guanabara; o matadouro de Santa Cruz, Usina de Beneficiamento de Leite de Campinho e Fábrica de Rações Balanceadas de Marechal Hermes.

(Conclusão da pág. 37)

Brito, como disse.

E Georges Lasserre acaba (junho 1957) como disse, de frisar que os associados de uma cooperativa constituam uma efetiva comunidade sociológica, são centenas e milhares e habitam a mesma vila ou o mesmo quarteirão, e, em geral, são do mesmo ambiente social; conhecem seus próprios administradores.

Nesta microdemocracia é amplamente possível a democracia direta e as decisões essenciais podem ser tomadas por todos em assembléia geral. Os cooperadores podem emitir um juízo sobre a maior parte ou sobre todos os problemas que se debatem em pequeno armazém, de vez que o conhecem, estão enfiados em sua organização, em seu funcionamento, e podem, facilmente interessar-se pelos seus

problemas de compra e de financiamento. Na assembléia geral pode haver oportunidade para uma discussão importante, e os cooperadores podem tomar decisões em conhecimento de causa.

(Conclusão da pág. 47)

eterna crise avícola brasileira, do qual, somente os bons avicultores conseguirão sobreviver. A sobrevivência dependerá de se fazer, **agora**, tudo que contribui para aumento da eficiência de produção: melhor ração, melhor manejo, boa defesa sanitária, acabar com desperdício de ração e mão-de-obra, acabar com os ratos, com aves improdutivas, procurar um esquema de comercialização mais eficiente, saber mesmo com precisão qual sua margem de lucro para, em último caso, saber quando deverão parar sem prejuízo.



OBRAS COM CIMENTO

MAUÁ'

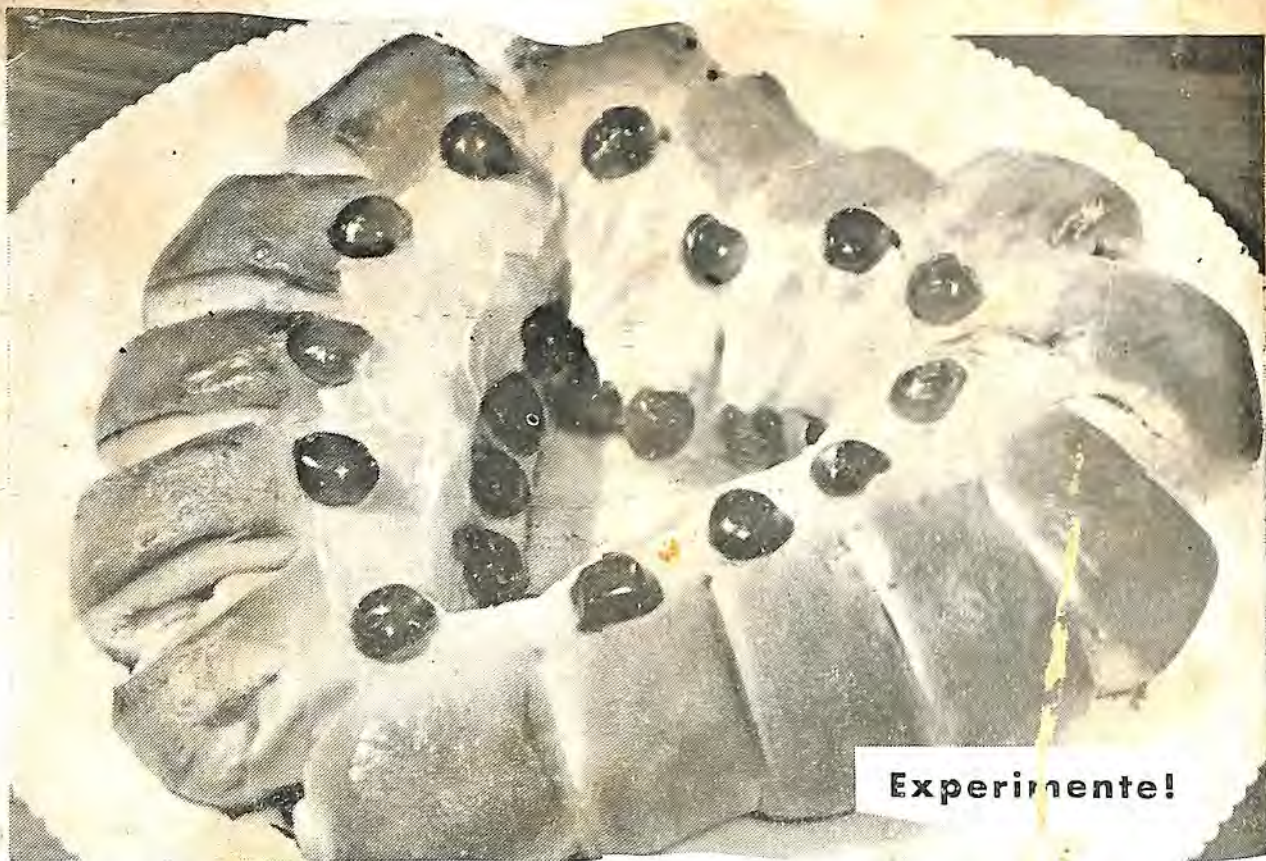


Indiscutivelmente o cimento é o material mais adequado a qualquer tipo de pavimentação. Quer quanto a solidez e durabilidade, quer quanto a beleza, nada supéra o cimento portland. As fotografias mostram o belo efeito que se obtem com pavimentações de lageotas tipo "Blokret", fabricados com o cimento portland "MAUÁ", o que lhes assegura resistencia e durabilidade.



**COMPANHIA NACIONAL DE
CIMENTO PORTLAND**

RIO DE JANEIRO



Experimente!

Rôscã doce com Chá Tender Leaf... uma delícia!

Ingredientes:

1/2 xíc. + 2 colh. (sopa) de açúcar
1 1/2 colh. (chá) de sal
1/4 xíc. de manteiga
1/2 xíc. de água morna

2 ovos
2 colh. (sopa) de Fermento Sêco Fleischmann
ou 6 tabletes de Fermento Fleischmann
4 3/4 xíc. de farinha de trigo
1 xíc. de geléia de morangos

★ Em nossas receitas, a medida-padrão é uma xícara de 250 g de água

Ferva o leite, junte 1/2 xíc. de açúcar e a manteiga. Deixe esfriar. À parte, meça a água morna, junte 2 colh. (sopa) de açúcar e polvilhe o fermento. Deixe descansar 10 minutos e misture bem. Sobre pedra mármore peneire a farinha com o sal. Faça um sulco no meio e aí vá colocando, na seguinte ordem, o fermento dissolvido, a mistura de leite e os ovos. Misture tudo muito bem, sovando de vez em quando até que a massa fique lisa e solte completamente das mãos e da mesa. Ponha a massa numa tigela untada, pincele a superfície com gordura, cubra e deixe crescer em lugar quente (longe de correntes de ar) até dobrar de tamanho (2 horas aproximadamente). Leve-a então para a mesa enfarinhada e corte-a em 2 partes iguais. Abra com um rôlo, dando-lhe forma retangular. Pincele a superfície com manteiga e espalhe em cima a geléia. Dobre um lado sobre o outro e faça um rôlo, colocando-o em fôrma alta,

redonda e untada. Una bem as 2 pontas e com uma tesoura dê uns cortes na massa (V. ilustração). Repita o mesmo com a outra metade da massa. Cubra as 2 fôrmas com um pano e deixe crescer até o dobro (1 a 1 1/2 horas, aproximadamente). Asse em forno moderado, durante 30 minutos. Enquanto morno, cubra com o glacê. Enfeite com geléia, cerejas em calda ou o que preferir.

GLACÊ: 1 xíc. de açúcar de confeitiro • 1/4 colh. (chá) de essência de baunilha • Leite

Peneire o açúcar, junte a essência e vá acrescentando leite aos poucos e batendo, até ficar um glacê de boa consistência.

GRÁTIS: Peça a D. Maria Silveira, C. Postal 1179, Rio de Janeiro, o folheto "Conselhos Úteis", sobre o Fermento Sêco Fleischmann.



FERMENTO SÊCO FLEISCHMANN

— Mais um produto de qualidade da Standard Brands of Brazil, Inc.